



Universidade Federal de Minas Gerais  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas  
Departamento de História

**Raphael Coelho Neto**

**Culturas Políticas de esquerda na América Latina nos anos 1920: *revolução e libertação nacional em José Carlos Mariátegui, Haya de la Torre e Julio Antonio Mella***

**Belo Horizonte  
2013**

Raphael Coelho Neto

**Culturas Políticas de esquerda na América Latina nos anos 1920: *revolução e libertação nacional em José Carlos Mariátegui, Haya de la Torre e Julio Antonio Mella***

Monografia apresentada ao programa de Pós-graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito para a obtenção do certificado de Especialista em Culturas Políticas, História e Historiografia.

Orientadora: Adriane Aparecida Vidal Costa

**Belo Horizonte  
2013**



**Universidade Federal de Minas Gerais**  
**Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas**  
**Programa de Pós-Graduação em História**

Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Culturas Políticas, História e Historiografia, intitulado Culturas Políticas de esquerda na América Latina nos anos 1920: *revolução e libertação nacional em José Carlos Mariátegui, Haya de la Torre e Julio Antonio Mella*, de autoria de Raphael Coelho Neto, aprovado pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

---

Profa. Adriane Aparecida Vidal Costa - Orientadora

---

Prof. Mateus Fávaro Reis

---

Profa. Natally Vieira Dias

Data de aprovação: Belo Horizonte, ..... de 2013

## RESUMO

Este estudo tem como objetivo fazer uma análise acerca do pensamento revolucionário de José Carlos Mariátegui, Victor Raúl Haya de la Torre e Julio Antonio Mella. Na década de 1920, os três intelectuais latino-americanos, tendo como base, em maior ou menor grau, o pensamento marxista, forjaram suas teorias voltadas para uma maior soberania e desenvolvimento da América Latina, em face da atuação das oligarquias locais junto aos interesses imperialistas das potências capitalistas, sobretudo dos Estados Unidos. Entretanto, eles discordaram em relação à formação das alianças políticas e quanto ao caráter da revolução pretendida. Uma análise comparativa das formulações teóricas dos intelectuais em questão será o foco deste trabalho.

**PALAVRAS-CHAVE:** América Latina, Marxismo, Mariátegui, Haya de la Torre, Mella.

## **ABSTRACT**

This essay is a brief study on the revolutionary thought of José Carlos Mariátegui, Victor Raúl Haya de la Torre and Julio Antonio Mella. In the 1920s, these three Latin American intellectuals, basing their work, in varying degrees of influence, on Marxist thought, created theories focused on providing a greater sovereignty and development for Latin America. This focus was a response to the action of the local oligarchies, which followed the imperialist interests of the capitalist powers, especially the United States. However, they disagree concerning the creation of political alliances and in relation to the character of the intended revolution. This essay aims to compare and to analyse the theoretical formulations of these intellectuals.

**KEY WORDS:** Latin America, Marxism, Mariátegui, Haya de la Torre, Mella.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>6</b>
<b>2. O CONTEXTO LATINO-AMERICANO NA DÉCADA DE 1920: CUBA, PERU E MÉXICO .....</b>	<b>12</b>
<b>2.1 Crise e contestação do sistema oligárquico em Cuba e no Peru .....</b>	<b>12</b>
<b>2.2 O exílio no México.....</b>	<b>16</b>
<b>3. O MARXISMO POR JULIO ANTONIO MELLA, HAYA DE LA TORRE E JOSÉ CARLOS MARIÁTEGUI .....</b>	<b>20</b>
<b>3.1 A inserção do marxismo na América Latina.....</b>	<b>20</b>
<b>3.2 Julio Antonio Mella e sua concepção do marxismo para a América Latina.....</b>	<b>22</b>
<b>3.3 A heterodoxia marxista no Peru: José Carlos Mariátegui e Haya de la Torre .....</b>	<b>26</b>
<b>4. ALIANÇAS DE CLASSE: A FRENTE POPULAR PARA A LIBERTAÇÃO NACIONAL .....</b>	<b>34</b>
<b>4.1 Haya de la Torre e José Carlos Mariátegui: da aproximação indigenista à ruptura quanto ao processo revolucionário .....</b>	<b>35</b>
<b>4.2 Julio Antonio Mella: as similitudes com José Carlos Mariátegui e as evidentes divergências com Haya de la Torre.....</b>	<b>41</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>46</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES PRIMÁRIAS .....</b>	<b>49</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Durante a década de 1920, a América Latina conviveu com intensas discussões e debates no campo das esquerdas acerca de “projetos” político-econômicos que poderiam ser implantados em seus países, aproximadamente um século após a independência de grande parte deles. Como representativo desse processo efervescente de debates entre as esquerdas, destacamos três intelectuais e as aproximações e divergências que tiveram concernentes ao processo de revolução e libertação nacional latino-americano: José Carlos Mariátegui (1894-1930), Victor Raúl Haya de la Torre (1895-1979) e Julio Antonio Mella (1903-1929). O foco de análise dar-se-á na concepção do marxismo pelos três pensadores, bem como na discordância entre eles quanto à composição de uma frente popular revolucionária.

A escolha por esses três pensadores se deu em virtude do debate teórico que travaram acerca do modelo de mudança estrutural que propuseram para a América Latina, ou, de maneira mais específica, para os seus países – Peru, de Haya de la Torre e de Mariátegui; Cuba, onde Mella nasceu e atuou politicamente; e o México, país no qual o cubano teve grande participação na militância comunista e onde Haya de la Torre criou as bases para propagação de suas ideias. Consideramos que as discussões teóricas nas quais os três se envolveram possuíam caráter militante e político, com proposições efetivas para modificações socioeconômicas na América Latina por parte dos atores políticos envolvidos.

Acreditamos que suas ideias têm sido pouco estudadas de maneira comparativa no Brasil. Embora o embate intelectual envolvendo Haya de la Torre e José Carlos Mariátegui tenha tido maior notoriedade entre os estudiosos brasileiros, as elaborações teóricas de Julio Antonio Mella - suas aproximações e discordâncias com os dois peruanos - foram pouco debatidas no país. Luís Bernardo Pericás (2005), Bernardo Ricupero (1999) e Michael Löwy (1999) se destacam nesses estudos no Brasil. Todavia, a maior parte das produções acadêmicas sobre os três intelectuais advém dos nossos países vizinhos, sobretudo através dos trabalhos dos argentinos Juan Carlos Portantiero (1978), Patricia Funes (2006) e José Aricó (1978; 1987) e, especificamente sobre Julio Antonio Mella, destacamos as publicações de Caridad Massón Sena (2010), Christine Hatzky (2003) e Jayme Tamayo (1985).

Dessa forma, estudar esses três intelectuais de destaque dentro da história do pensamento político latino-americano, ainda que de maneira exploratória, torna-se tarefa premente deste trabalho. Pretendemos despertar o interesse pela temática do pensamento revolucionário no subcontinente, acreditando no aprofundamento dos estudos referentes a

esses ou demais intelectuais que buscaram empreender transformações sociais e autonomia nacional em um período, década de 1920, de grande ingerência internacional nos países da América Latina, principalmente por parte dos Estados Unidos.

Torna-se relevante, de antemão, estabelecermos uma breve caracterização a respeito da América Latina, principalmente no que concerne ao processo histórico de consolidação de seus Estados e sociedade. De acordo com o sociólogo José Aricó, os países que a compõem possuem pontos em comum, principalmente, no que se refere às suas evoluções históricas, e que, em função disso, justificar-se-ia, em parte, o tratamento desse bloco de países em torno do conceito ou denominação *América Latina*. Assim se referiu o mencionado autor:

O caráter assumido pela colonização europeia e, em seguida, pela guerra de independência, a marca decisiva que as estruturas coloniais deixaram como herança para as repúblicas latino-americanas, sem que estas [...] tenham conseguido superá-la inteiramente; o fenômeno comum da inclusão maciça num mercado mundial, que as pôs numa situação de dependência econômica e financeira em relação às economias capitalistas dos países centrais; o papel excepcional desempenhado em nossos países pelos intelectuais enquanto portadores e organizadores de uma problemática ideológica e cultural comum; as lutas que as classes populares, com toda a carga de ambiguidade e diferenciações, empreenderam para conquistar um espaço “nacional” e “continental” próprio, uma independência nacional real e efetiva – tudo isto são elementos que contribuem para indicar a presença de uma matriz única em que se baseia a possibilidade do conceito (ARICÓ, 1987, p. 420).

Destacamos, dessa maneira, apoiando-nos na ideia supracitada de José Aricó, que os países da América Latina, embora guardem particularidades geográficas, históricas e culturais, possuem, todavia, características muito similares no que tange à formação social e à construção dos seus Estados. Embora pudéssemos nos referir a várias “Américas Latinas”, optamos por abordá-la enquanto uma certa unidade, observando mais seus pontos em comum, sobretudo quanto aos problemas sociais e econômicos. Essa escolha se deu muito em função dos próprios intelectuais estudados, que discutiam os problemas de ordem política, econômica e social da América Latina e que, embora seus pensamentos estivessem voltados para a realidade local, especialmente no caso de Mariátegui, não deixavam de cogitar a revolução para todo o subcontinente, principalmente Haya de la Torre e Mella.

De acordo com Alain Rouquié,

se a existência de uma América Latina é problemática, se a diversidade das sociedades se impõe, [...] não deixa de ser verdade que uma relativa unidade de destino, mais sofrida que escolhida, aproxima as “repúblicas irmãs”. Ela é

legível nas grandes fases da história, perceptível na identidade dos problemas e das situações que enfrentam (ROUQUIÉ, 1991, 26).

Rouquié e Aricó defendem que a influência profunda de 300 anos de colonização europeia marcou as configurações e desenvolvimento sociais e econômicos dos Estados da América Latina, influenciando na maneira como essas sociedades se integraram ao mercado e às relações internacionais. Esses países estiveram, nos anos 1920, em vias de desenvolvimento, com boa parte de suas economias voltadas para a produção e exportação de produtos primários, e marcados, sobretudo, por três aspectos fundamentais, de acordo com Rouquié: concentração da propriedade da terra; industrialização incipiente, tardia e de pouca autonomia em relação às economias centrais; e amplitude dos contrastes regionais, opondo um centro opulento a periferias miseráveis (ROUQUIÉ, 1991, 28-9). Foram essas características, ligadas à divisão internacional do trabalho, mais a atuação das oligarquias e elites locais em consonância com o processo de dependência econômica e ingerência política e cultural por parte das principais economias ocidentais, que incitaram a vociferação questionadora de pensadores latino-americanos.

Devemos destacar ainda o que entendemos por *intelectuais*, tendo como suporte para a construção do conceito os estudos de Patricia Funes (2006) e de Jean-François Sirinelli (2003). Situada no cruzamento dos campos biográfico e político, a história dos intelectuais tornou-se um campo histórico autônomo e de grande interesse por parte dos historiadores a partir da segunda metade da década de 1970 (SIRINELLI, 2003, p. 232-7).<sup>1</sup> De acordo com Sirinelli, o termo *intelectual* traz em si duas acepções de natureza sociocultural, sendo uma mais ampla, marcada pela noção de “mediador” cultural, abrangendo escritores, jornalistas, professores secundários, eruditos etc., e outra mais restrita, amparada na noção de engajamento na vida social (2003, p. 242-3). Já Patricia Funes explica que os intelectuais são figuras dotadas de competência cognitiva, capacidade de criação e difusão de ideias, possuindo um discurso crítico-reflexivo. Adotam, em geral, posições beligerantes, tornando-se antagonistas ou colaboradores do poder político vigente (FUNES, 2006, p. 43). Para ambos os autores, a condição de intelectual deve ser reconhecida e legitimada pela sociedade. Acreditamos que os intelectuais, objetos deste estudo, foram mediadores culturais, produtores

---

<sup>1</sup> O artigo de Sirinelli é voltado para os intelectuais franceses. Ao referir-se ao crescimento do interesse pela história dos intelectuais por parte dos historiadores, ele embasa sua argumentação a partir da observação do contexto acadêmico de seu país. Lembremos, apenas, que o renovado interesse pelas temáticas referentes ao político na França e, por conseguinte, aos intelectuais, repercutiu na historiografia latino-americana e, em especial, na brasileira. Para maiores informações sobre o retorno da temática política na historiografia, ver os dois artigos de René Rémond, neste mesmo livro, contemplados nas páginas 13-36 e 441-450.

e transmissores de ideias, engajados na vida social da América Latina, detentores de posicionamento político e grande capacidade interpretativa da realidade na qual viveram.

Segundo Funes, a geração de 1920 empunhou a bandeira da intervenção social, dialogando com o operariado, as massas, o exército, os indígenas, em nome da nação, da revolução ou de ambas (2006, p. 15). A crítica social, a polêmica e a ironia fizeram parte das argumentações muitas vezes passionais desses intelectuais latino-americanos.

Promover a revolução e superar a ordem oligárquica e de exclusão social tornava-se questão premente para o pensamento intelectual e político da década. Nos três autores estudados, a concepção de *revolução* aparece como uma superação do *status quo*, mudança de regime político, social e econômico na qual se imponham profundas transformações de ideias e valores, possibilitando a participação efetiva de novos grupos sociais nas políticas de Estado. Negros, índios, camponeses e trabalhadores urbanos foram incorporados à discussão do nacional em uma demonstração evidente de ruptura com a ordem oligárquica e toda exclusão social, política, econômica e étnica que ela provocava (FUNES, 2006, p. 18). Todavia, no caso dos intelectuais ora estudados, diferiam quanto à composição da frente revolucionária e o caráter da revolução: socialista, para Mariátegui e Mella; nacional-estatista, no caso de Haya de la Torre.

A ideia de *libertar a nação* também estava associada a isso, a uma modificação estrutural que possibilitasse autonomia, autodeterminação, soberania e independência econômica em relação aos países do ocidente europeu e, sobretudo, aos Estados Unidos, país que expandia sua economia e sua influência cultural e política sobre os vizinhos latino-americanos. “Para alguns, a revolução é um caminho para completar, construir ou expandir a nação” (FUNES, 2006, p. 369). Na década de 1920, um nacionalismo revolucionário, diretamente ligado ao anti-imperialismo, com influências do ideário marxista-leninista, permeou intensamente o pensamento político-social latino-americano, marcando as reflexões sobre o nacional, delimitando as fronteiras culturais e econômicas da América Latina frente ao outro, ao externo, contra a dominação estrangeira. É precisamente a partir dessas questões que analisaremos os ideais defendidos pelos intelectuais Mariátegui, Haya e Mella, e é também em virtude dessas características que associamos seus pensamentos às culturas políticas de esquerda.

De acordo com Serge Berstein (2009), o conceito de *Cultura Política* corresponde a um sistema de representações compartilhadas por um grupo que, interiorizado, determina as motivações do ato político. Entendemos, pois, por *Cultura Política*, embasados nos estudos de Serge Berstein (2009) e Rodrigo Patto Sá Motta (2009), um conjunto de valores, tradições,

práticas e representações políticas compartilhado por determinado grupo, expressando, dessa forma, identidades coletivas, fornecendo leituras e modos de ver comuns do passado, bem como para projetos futuros (MOTTA, 2009, p. 21). Uma cultura política, portanto, não prescinde de um processo constitutivo. Torna-se necessário apreender a construção de determinada cultura política como um processo social vivido, envolvendo a construção de um sistema de ideias relativamente formalizado e de crenças mais difusas. Os três intelectuais em questão, ao disseminarem suas ideias através de panfletos, folhetos, cartas e livros, bem como por meio de suas atuações em partidos políticos, buscavam arregimentar adeptos de seus posicionamentos políticos, com vias à conquista do Estado e do espaço público, objetivando a formação de identidades coletivas e a consubstanciação de determinadas culturas políticas.

No que concerne aos partidos políticos, torna-se importante ressaltar sua importância, aliado aos impressos, como vetores sociais responsáveis pela reprodução das culturas políticas, como nos afirma Berstein (2009) e Motta (2009). No nosso estudo, destacamos a atuação Haya de la Torre, José Carlos Mariátegui e Julio Antonio Mella como líderes à frente da Aliança Popular Revolucionária America (APRA), do Partido Socialista Peruano (PSP) e do Partido Comunista Cubano (PCC), respectivamente. Essa ideia está ancorada nos elementos que fundamentam o conceito de culturas políticas: representações, tradições, valores e práticas sociais. A atuação em partidos políticos ou mesmo a elaboração de impressos políticos estão acordados, no nosso entendimento, com a perspectiva de que só podemos apreender as representações pertencentes a uma cultura política se a elas corresponderem ações e práticas políticas. Tal compreensão encontra-se expressamente em Rodrigo Sá Motta, para quem a reprodução no tempo das culturas políticas demanda a realização de práticas reiterativas, como a participação em eventos e manifestações que servem para selar o compromisso dos aderentes, confirmando o sentido de pertencimento a um grupo (2009, p. 23).

Nesse aspecto, ainda, como importantes veículos para a difusão de determinadas “visões de mundo”, chamamos a atenção para a relevância das fontes primárias utilizadas neste estudo enquanto suporte de circulação de ideias, observando seu caráter panfletário e tendo em si as seguintes características: possuem um alvo imediato, seja pessoa, instituição ou sistema político; tom discursivo dessacralizador e polêmico, provocando o debate de ideias; em geral, texto com poucas páginas, à exceção dos trabalhos de maior fôlego, como as obras de Haya de la Torre e José Carlos Mariátegui. Assim, através das fontes primárias e secundárias, tentaremos observar, nos três pensadores latino-americanos, apropriações e variantes do pensamento marxista clássico, cunhado no contexto europeu, sobretudo inglês,

no século XIX, assim como, a partir dessas apreensões, perceber como cada um concebeu o processo revolucionário em seus respectivos países e na América Latina.

Dividimos este trabalho, então, em três capítulos, nos quais trataremos: no primeiro, buscamos compreender, de maneira breve, o contexto histórico da América Latina na década de 1920, com ênfase no Peru, em Cuba e no México, países nos quais os três intelectuais tiveram importante atuação política; no segundo capítulo, dedicamo-nos à análise da circulação do ideário marxista na América Latina e a assimilação dessa corrente teórica em Mella, Mariátegui e Haya de la Torre, tentando compreender, à luz da teoria de John G. A. Pocock (2003), como cada um concebeu o marxismo, adaptando-o à realidade socioeconômica latino-americana e refundando uma nova perspectiva de pensamento revolucionário; com o terceiro capítulo, procuramos observar a maneira como cada intelectual depreendeu o processo de revolução na América Latina, consequência direta das diferentes concepções de marxismo por eles forjadas. A análise recairá sobre a composição das frentes revolucionárias e a importância atribuída a cada ator político nacional na autodeterminação das sociedades latino-americanas.

Assim, ao final, esperamos possibilitar uma visão particular baseada em um estudo comparativo entre três dos mais destacados intelectuais latino-americanos, pioneiros na reflexão sobre o marxismo e que, a partir disso, conceberam, para seus países, teórica e praticamente, formas de superar a condição de atraso e dependência econômica e política, em uma década de 1920 profícua no que diz respeito aos debates e engajamento políticos.

## **2. O CONTEXTO LATINO-AMERICANO NA DÉCADA DE 1920: CUBA, PERU E MÉXICO**

### **2.1 Crise e contestação do sistema oligárquico em Cuba e no Peru**

No início dos anos 1920, surgiu em Cuba um forte movimento cívico-político que ensejou críticas à jovem república cubana. O espectro político foi amplo, abarcando “desde um nacionalismo conservador moderado, até um anti-imperialismo radical” (HATZKY, 2003, p. 187). Emergiram questões referentes à extensão da democracia à população, ao desenvolvimento econômico efetivo e o lugar dos afro-cubanos na sociedade de seu país. Christine Hatzky afirma que o crescimento da participação política nos primeiros anos da década de 1920 por distintos setores da sociedade - estudantes, intelectuais, parte da classe média e veteranos da independência de Cuba (1898) - foi motivado principalmente pelo momento de insatisfação popular com a crise do açúcar de 1920/21, o que evidenciou a dependência econômica de Cuba em relação aos Estados Unidos, que controlavam sua exportação açucareira. Os setores mais radicais da sociedade reivindicavam autonomia cubana sobre os norte-americanos e rechaçavam a ordem social vigente.

José Mao Junior, na mesma perspectiva, aborda a crise do sistema oligárquico em Cuba no início da década de 1920, e o que a teria desencadeado, assim como afirma Hatzky, foi “a brutal queda dos preços do açúcar, que nos últimos meses de 1920 caíram de 23 centavos para apenas 3 centavos a libra, conduz[indo] a economia cubana a uma profunda crise” (MAO JUNIOR, 2005, p. 208). Como consequência desse fato, houve um vertiginoso crescimento do desemprego nas cidades e no campo. Não somente a população mais empobrecida do país foi atingida, mas também “ricos produtores viram suas propriedades passarem para as mãos de empresas estadunidenses” (MAO JUNIOR, 2005, p. 208).

Parte dos opositores da hegemonia norte-americana fazia referência à tradição armada da independência cubana e reclamavam uma reinterpretação dos ideais de José Martí (HATZKY, 2003, p. 188). Julio Antonio Mella, embora pertencesse a uma geração mais jovem, que nasceu em uma Cuba independente politicamente e, portanto, já republicana, era uma das vozes mais radicais, com fortes influências do pensamento de José Martí.

Torna-se necessário abordar que não obstante tenha conquistado sua independência sobre a Espanha em 1898, resultado do apoio militar norte-americano, efetivamente, Cuba mostrou-se vinculada aos Estados Unidos do ponto de vista econômico e político. A situação de crise econômica em Cuba nos mostra sua grande dependência a uma economia agrária

vinculada à produção açucareira. Nesse sentido, Henry Wrinton, corroborando as ideias de Hatzky (2003) e Mao Junior (2005), explica que

Cuba estava numa posição ideal para a cultura da cana-de-açúcar e pesados compromissos foram assumidos para sua produção. Esta se tornou a base para o equilíbrio econômico de Cuba, mas as condições adversas no comércio do produto determinaram graves dificuldades. Quando os Estados Unidos concordaram em comprar grandes quantidades de açúcar por preços superiores ao do mercado mundial, isso pareceu um fator de estabilização da economia cubana. Entretanto, a consequência foi tornar uma economia já dominada pelo açúcar dependente da política açucareira dos Estados Unidos. Os Estados Unidos retardaram dessa maneira a diversificação essencial à genuína independência econômica e perpetuaram relações de clientela (1967, p. 19).

Além dessa questão econômica, havia uma questão legal que outorgava poderes também políticos aos Estados Unidos sobre Cuba. A *Emenda Platt*, incorporada à constituição cubana em 1901, redigida pelo senador norte-americano Orville Platt com vistas ao controle político e econômico sobre Cuba, estatuiu que o recém país independente deveria vender ou arrendar terras aos Estados Unidos para estações navais, limitava os poderes das autoridades políticas cubanas de concluir tratados e dava aos norte-americanos o direito de intervirem para proteger a independência e garantir a lei e a ordem na ilha (WRISTON, 1967, p. 29).

Para Hatzky, “a intervenção dos Estados Unidos nos destinos da ilha e a corrupção por parte do Estado foram percebidas como uma traição aos ideais da luta pela independência, tornando-se a principal causa para a miséria incessante” da população cubana. (2003, p. 188).

A instabilidade social do período resultou do questionamento da condição política, econômica e social de Cuba por parte das novas alianças políticas, sobretudo aquela consumada entre o movimento estudantil, os sindicatos e a vanguarda intelectual e artística. De acordo com Hatzky (2003), tal aproximação política possibilitou a realização de numerosas greves e reivindicações por reformas sociais concretas no país. A organização sindical em Cuba, particularmente entre os trabalhadores da indústria açucareira, mostrou-se forte e combativa. Organizou-se, em 1925, a *Confederación Nacional Obrera de Cuba* (CNOOC), que atuando junto aos estudantes vinculados à *Federación de los Estudiantes Universitarios* (FEU), criada e liderada por Mella em 1923, potencializaram o movimento contrário ao domínio oligárquico e estadunidense, evidenciando o descontentamento de amplos setores da sociedade, incluindo a pequena burguesia, com a condição política e econômica do país. A criação do Partido Comunista Cubano em 1925, também tendo à frente

Julio Antonio Mella, aglutinando, como afirma Mao Junior (2005), os setores mais radicais dos trabalhadores do campo e das cidades, bem como os igualmente radicalizados membros da pequena burguesia, foi resultado dessa conjuntura de agitação política.

No transcorrer das eleições cubanas de 1924, o poder intervencionista dos Estados Unidos impôs a candidatura e a consequente eleição do general Gerardo Machado (1925-1933). De acordo com Mao Junior, “a folha de serviços desse general comprovava a sua larga experiência na organização de campanhas de repressão contra os movimentos sociais e grevistas” (2005, p. 208). Os norte-americanos objetivavam, com Gerardo Machado no poder, conter o avanço do movimento social insatisfeito com a crise econômica. Por razões óbvias, os Estados Unidos tinham interesse na manutenção do *status quo* em Cuba. Assim, qualquer tentativa revolucionária, buscando o estabelecimento de uma nova ordem social, foi duramente aplacada por Machado. Tal condição explica o desterro de Julio Antonio Mella em 1926.

O jovem comunista cubano não deixou de demonstrar toda sua ira contra o governo repressivo e atroz de Gerardo Machado. Em um folheto, de 1926, denominado *A guerra de classes em Cuba*, Julio Antonio Mella faz uma homenagem a vários dirigentes e militantes operários assassinados pelos agentes do ditador, citando seus nomes. Em um dado momento, ele se dirige a Machado:

Aqueles que assassinaste, os que perseguiste, os que prendeste, todos que tiranizas, nós te saudamos cheios de otimismo. [...] O povo de Cuba triunfará. Ele irá à luta porque sabe, com o mestre Marx, que pode perder apenas os grilhões, e em troca tem um mundo a ganhar. Preparar a nova sociedade dos produtores!(MELLA, 1926, p. 98)

Como o nome do documento nos indica, bem como percebemos através da fala de seu autor, Mella faz questão de mostrar que os conflitos que ocorreram em Cuba estiveram vinculados à luta de classes. De um lado, posicionaram-se os defensores do povo, os marxistas, os trabalhadores, a sociedade oprimida, verdadeiramente cubana, combatendo o imperialismo estadunidense e seus apoiadores, os que estavam do outro lado, contra o povo cubano, como Gerardo Machado e seus correligionários.

Trata-se de uma característica comum em praticamente toda a América Latina, especialmente no Caribe e na América Central, a ingerência estadunidense nas questões políticas e econômicas de seus países, em conluio com as oligarquias locais. O Peru governado por Augusto Leguía (1919-1930) não fugiu a essa tendência. Sua economia esteve

vinculada ao capital estrangeiro, especialmente o norte-americano, o inglês e o alemão. Esses países tinham particular interesse pelas riquezas minerais peruanas.

Na perspectiva de Franklin Pease (1995), o período de Leguía à frente do Estado no Peru correspondeu a um maior desenvolvimento urbano e da classe média. Na mesma linha desse autor, Luis Bernardo Pericás afirma que “o setor produtivo se torn[ou] mais especializado e voltado para a exportação” (2005, p. 16). O avanço no setor econômico fez com que o Peru experimentasse uma reestruturação de suas classes sociais, redefinindo heterogeneamente sua composição econômico-social. De acordo com Julio Cotler, a penetração do capital imperialista significou a concentração da propriedade e uma racionalização capitalista do trabalho, levando as empresas estrangeiras a estenderem “seu domínio sobre as massas camponesas, expropriando suas terras a fim de obrigá-las a submeter-se à condição servil” (1990, p. 176).

Essas transformações socioeconômicas, ocorridas na década de 1920 no Peru, provocaram reações dos setores sociais mais afetados, dentre eles os camponeses, os trabalhadores urbanos e a pequena burguesia. Todos eles, como afirma Cotler, “entraram num processo de mobilização de diferente tipo e intensidade” (1990, p. 177). As mobilizações de diferente tipo às quais o autor se refere foram, por exemplo, organizações políticas, através dos partidos; culturais, por meio de revistas ou das artes; e sindicais, muitas delas com posições anti-imperialistas e antioligárquicas. O movimento operário, por exemplo, tornou-se mais combativo, reivindicando melhores condições de trabalho, jornada diária de oito horas, protestando também em relação à carestia de alimentos básicos, como o arroz e o trigo. O desenvolvimento político dessas camadas populares foi ainda impulsionado pela atuação, pensamento e liderança de alguns intelectuais de esquerda, como José Carlos Mariátegui e Haya de la Torre. Ambos mostraram-se veementemente contrários ao governo marcadamente oligarca de Leguía.

No que tange à oposição política, a presidência de Augusto Leguía se notabilizou pela maneira coercitiva com que tratou seus adversários, com perseguições políticas, deportações e violações das normas constitucionais do país. A *Universidad de San Marcos*, por exemplo, opositora da sua linha política, foi fechada em 1921, assim como alguns jornais, como o *La Prensa*, que sofreu com a censura governamental (PEASE, 1995, p.165-168).

Em síntese, podemos caracterizar, de maneira geral, os mandatos de Augusto Leguía e Gerardo Machado como autoritários, de orientação capitalista e oligárquica, alinhados às políticas econômicas dos Estados Unidos. Esses Estados, diretamente ligados aos interesses das empresas imperialistas e às burguesias urbana e rural nativas, não atendiam as demandas

da maioria da população, que permanecia à parte das discussões políticas e do processo de desenvolvimento e modernização econômica esboçado no Peru; no caso cubano, sofria os efeitos diretos da crise açucareira. Tais condições incitaram em Haya de la Torre, Mariátegui e Mella uma oposição radical a seus governos e às condições sociais vigentes, levantando a questão da necessidade de libertações nacionais na América Latina.

## 2.2 O exílio no México

Dentre os países latino-americanos, o México guarda uma particularidade em sua história política, qual seja, a de um longo e complexo processo revolucionário, iniciado em 1910. Em 1911, a Revolução Mexicana, liderada, entre outros, por Francisco Madero, Emiliano Zapata, Francisco Villa (Pancho Villa), Enrique Flores Magón e Ricardo Flores Magón, levou à renúncia de Porfirio Díaz (1876-1911), chefe político do país por mais de 30 anos. Durante esse período, conhecido por porfiriato, a economia dos Estados Unidos exerceu forte controle sobre a economia mexicana, o que, por um lado, modernizou e dinamizou certas atividades econômicas e a vida urbana, mas, por outro, aprofundou as desigualdades sociais. Consolidou-se, durante o porfiriato, o predomínio da grande propriedade e a consequente marginalização e desmantelamento das comunidades camponesas e indígenas (SOUZA, 2012; ANDRADE, 2010).

A Revolução Mexicana se notabilizou por assumir várias fases e processos, além de contar com assassinatos de seus principais personagens – Madero, Zapata e Pancho Villa. Em linhas gerais, iniciou-se com o líder liberal do Partido Democrático, Francisco Madero (1911-1913), como presidente do país, que, segundo Jorge José Barros de Souza, amparou-se “na antiga ordem dos resquícios porfiristas”, notabilizando seu caráter reformista, não assumindo o que foi acordado no *Plano de San Luis Potosí*, que era, sobretudo, a restituição das terras aos camponeses (SOUZA, 2012, p. 62). Intensificaram-se, então, as divergências entre o projeto maderista e as propostas de reforma agrária de Villa e Zapata, presentes no *Plano de Ayala*, de 1911. O movimento zapatista, que se insurgia contra *terratenedores* no sul do México e se opunha à administração maderista, foi duramente reprimido pelas forças do exército. O país encontrava-se em uma guerra civil e a revolução apresentava fortes desentendimentos sobre seus ideais.

Ao governo de Madero, seguiram-se o de Victoriano Huerta (1913-1914), Venustiano Carranza (1915-1920), Álvaro Obregón (1920-1924) e Plutarco Elías Calles (1924-1928).

Embora tenha sido na administração de Venustiano a promulgação da Constituição de 1917,<sup>2</sup> incorporando “vários direitos sociais fruto da luta revolucionária do povo mexicano, como o enunciado em favor das terras comunais (os ejidos) e da propriedade nacional do subsolo da nação, que abria caminho para a nacionalização do petróleo” (ANDRADE, 2010, p. 12), nenhum desses governos atendeu de fato as demandas do campesinato, tampouco promoveu a transformação social pretendida pela ala mais radical do movimento, comanda por Zapata e Villa. Segundo Souza,

no que diz respeito ao seu caráter social, a Revolução Mexicana, apesar de extremamente popular, não logrou transformar toda a sociedade como almejava os setores mais pobres. Dentro dos ciclos revolucionários do século XX e de acordo com os padrões conceituais de revolução, se compararmos a experiência citada com a Revolução Cubana, poderíamos concluir que a transformação social ficou comprometida pelos novos interesses da burguesia em ascensão (2012, p. 59).

A presidência do general Plutarco Elías Calles também seguiu essa tendência. Ao final de seu governo, 83,4% das terras cultiváveis ainda estavam nas mãos de uma pequena parcela de latifundiários e um acordo com as empresas petrolíferas estrangeiras postergou um controle e possível nacionalização do petróleo (ANDRADE, 2010, p.13).

José Rivera Castro (1996) destaca que a classe trabalhadora no México obteve especial relevo no período em que o general Calles esteve à frente. Na década de 1920, o país passou por um importante desenvolvimento econômico. A classe trabalhadora cresceu em número e importância nesse período, sendo sua porção mais organizada, a *Confederación Regional Obrera de México* (CROM), arremetida pelo Estado mexicano. As linhas gerais da ‘reconstrução nacional’ pretendida por Calles, como afirma Rivera Castro, basearam-se na ideia de “impulsionar o desenvolvimento capitalista no país, [...] e a modernização política esteve direcionada no intuito de canalizar os interesses das classes sociais. O grupo dirigente do Estado julgar-se-ia árbitro e conciliador entre o capital e o trabalho” (1996, p. 9-10). Foi nesse sentido que se consumou o papel corporativista do Estado, incorporando em seu aparato burocrático membros da CROM. Como resultado dessa política, configurou-se um Estado personalista, que buscou recuar os impulsos populares revolucionários.

---

<sup>2</sup> A constituição mexicana de 1917 se notabilizou por instituir o ensino laico, a jornada de oito horas de trabalho, a regulamentação da expropriação das terras não cultivadas, o direito de greve, o descanso semanal, o salário mínimo, a organização sindical. Definia o subsolo mexicano como pertencente à nação, posição nacionalista e protecionista, já que o México era ambicionado pelos países capitalistas em razão de suas riquezas naturais, como o petróleo e minérios (Souza, 2012, p. 64).

Todavia, para uma parcela da intelectualidade latino-americana, sobretudo àquela ligada a uma cultura política de esquerda, a Revolução Mexicana era um exemplo para os demais países da América Latina, tornando-se representação do nacionalismo e da resistência ao imperialismo estadunidense. Assim procedeu, por exemplo, como nos mostra Mateus Fávaro Reis, o intelectual uruguaio Carlos Quijano (1900-1985), para o qual se posicionar ao lado do México significaria lutar contra o capitalismo (REIS, 2006, p. 5). Segundo Reis, “Quijano interpretou a Revolução Mexicana como um movimento de emancipação do povo que se envolvera numa luta contra as tiranias internas e externas”. O México representava, para ele, através da Constituição de 1917, a luta contra o capitalismo e a defesa de um certo patriotismo continental (2006, p. 5).<sup>3</sup>

Possivelmente essa perspectiva de Quijano tenha sido compartilhada por alguns intelectuais latino-americanos, alimentando suas esperanças no que diz respeito às possibilidades de mudanças estruturais nas sociedades da América Latina. Acreditamos, por inferência, ter sido por essa razão que o México tenha recebido uma significativa quantidade de intelectuais exilados, dentre eles Julio Antonio Mella e Victor Raul Haya de la Torre.<sup>4</sup> Foi a partir desse país, durante o governo de Calles, que Mella e Haya de la Torre articularam, distintamente, redes de sociabilidade com o intuito de retornarem a seus países e destituírem do poder, respectivamente, os ditadores Gerardo Machado e Augusto Leguía.

No período do seu desterro, que durou de 1924 a 1931, Haya de la Torre não permaneceu apenas no México, tendo peregrinado por outros países da América Latina, pelos Estados Unidos e pela Europa. Todavia, foi em território mexicano que ele começou a pôr em prática suas concepções políticas para o subcontinente latino-americano. De acordo com Jussi Pakkasvirta (2001), Haya de la Torre criou a Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA) em março de 1924 na Cidade do México, juntamente com estudantes também desterrados, aos quais o autor não faz referências mais específicas, não cita nomes, muito

---

<sup>3</sup> A circulação de informações, que contribuíram para a construção de um imaginário sobre a Revolução Mexicana nos países da América Latina, foi possível graças aos periódicos nacionais - por meio dos correspondentes ou das agências internacionais de notícias -, bem como através de visitas oficiais diplomáticas de autoridades a serviço do governo mexicano ou, ainda, pelas redes de intelectuais, como as de exilados políticos. Essas informações podem ter sido direcionadas para a construção de uma imagem positiva ou negativa do México, dependendo da fase da revolução no país e do interesse político dos grupos ou pessoas interessados e envolvidos na circulação das notícias. Para aprofundamento nesse assunto, recomendamos os estudos de Ricardo Melgar Bao (2010) e Natally Vieira Dias (2010; 2011).

<sup>4</sup> Para maiores explicações sobre o exílio no México, sobretudo o de intelectuais peruanos, ver a obra de Ricardo Melgar Bao (2003) intitulada *Redes e imaginario del exilio en Mexico y América Latina: 1934-1940*. Embora o imaginário de um México anti-imperialista, nacionalista e revolucionário seja reforçado pelas medidas políticas do presidente Lázaro Cárdenas (1934-1940), portanto referente a um período posterior ao estudado por nós, o mencionado estudo traz uma importante contribuição para compreendermos as representações acerca do México e seu processo revolucionário pelos intelectuais de outras nacionalidades.

menos menciona a importância intelectual deles nesse processo. Nos pressupostos políticos da organização, Haya incluiu questões nacionalistas que estavam presentes na Constituição mexicana de 1917, como o fortalecimento do Estado, que deveria exercer a função de planejador, detentor e promotor da divisão das riquezas a toda a nação, denotando a influência que a revolução no México exerceu sobre o intelectual peruano. Sua concepção de Estado forte e anti-imperialista, como veremos adiante, em muito se assemelha aos Estados mexicanos a partir da década de 1920, como o já mencionado governo Calles, bem como o de Lázaro Cárdenas, nos anos 1930. Ademais, como afirma Ricardo Melgar Bao, “Haya transformou Emiliano Zapata em uma espécie de Simon Bolívar do século XX” (2003, p. 37), reverência que torna patente sua admiração pelos acontecimentos históricos transcorridos no México a partir de 1910.

No exílio, que transcorreu de fevereiro de 1926 até sua morte em janeiro de 1929, Julio Antonio Mella teve ativa atuação política junto ao Partido Comunista Mexicano (PCM), envolvendo-se também na militância sindical. O intelectual cubano participou da ocupação de conventos, quando o presidente Plutarco Elías Calles empreendeu uma ofensiva contra as grandes propriedades de terra da Igreja Católica,<sup>5</sup> fato que nos indica, ainda que não possamos definir ao certo, algum grau de concordância com o posicionamento político do presidente mexicano e com alguns pressupostos da Revolução Mexicana postos em prática naquele momento, já que, no que tange às políticas corporativistas de Calles junto aos trabalhadores, Mella mostrou-se ferrenho opositor.

De acordo com Massón Sena, ele considerava a Constituição de 1917 “um valioso aporte legal para a obtenção de importantes demandas relacionadas com a libertação nacional e a justiça social, ainda que na prática muitas delas não se aplicassem” (2010, p. 15). É precisamente essa perspectiva de Mella sobre a Revolução Mexicana que acreditamos ter sido compartilhada por muitos intelectuais latino-americanos de esquerda.

No nosso próximo capítulo, em meio à abordagem sobre o marxismo na América Latina, relataremos com maior acuidade a atuação de Julio Antonio Mella e Haya de la Torre durante seus respectivos exílios no México.

---

<sup>5</sup> De acordo com Jean Meyer (2005), o governo de Plutarco Elias Calles foi o auge da oposição do Estado mexicano à Igreja Católica, iniciada com a Constituição de 1917, que buscou limitar a influência e os privilégios da instituição religiosa na sociedade do México. Calles colocou em prática as leis anticlericais, como, por exemplo, o confisco de grandes propriedades de terra da Igreja, deflagrando conflitos armados entre esta e o Estado, conhecidos como Guerra Cristera, iniciada em 1926.

### 3. O MARXISMO POR JULIO ANTONIO MELLA, HAYA DE LA TORRE E JOSÉ CARLOS MARIÁTEGUI

#### 3.1 A inserção do marxismo na América Latina

Não obstante tenhamos como suporte teórico do nosso trabalho a categoria de *Culturas Políticas*, dialogamos também com a *História das Ideias Políticas*, tendo como base o pensamento do historiador inglês John Pocock (2003). Segundo ele, a linguagem ou o discurso político de um determinado período histórico movimenta-se em espaços de circulação de ideias, sofrendo adaptações, mutações e refundando, dependendo da relevância para as sociedades envolvidas, tradições do pensamento político. Para Pocock, a historicidade da linguagem é fundamental, assim como o modo de apropriação dela por parte de um determinado sujeito, muitas vezes em um contexto totalmente distinto, reafirmando ou inovando profundamente tal linguagem. Essa perspectiva teórica propõe a recepção ativa das ideias políticas, em que as transmissões de teorias e saberes de determinado tempo histórico - no nosso caso a formulação do pensamento de Karl Marx no contexto socioeconômico europeu de meados do século XIX - sofrem reinterpretações e adequações em outros tempos e lugares históricos, no intuito de se configurar novas realidades significativas.

Nesse sentido, Michael Lowy e José Aricó realçam a importância dos exílios de alguns políticos e intelectuais, como Haya e Mariátegui, por exemplo, e das migrações europeias das últimas décadas do século XIX para países latino-americanos como fatores essenciais para recepção e aplicação das teorias de Marx (ACHA; D'ANTONIO, 2010, p. 217).

A inserção e a disseminação inicial do marxismo na América Latina ocorreram no final do século XIX através, principalmente, de imigrantes alemães, italianos e espanhóis. Inicialmente, por volta da década de 1890, foi comum a influência de ideias anarquistas no crescente movimento operário latino-americano (PERICÁS, 2005, p. 9). Posteriormente, foram introduzidas também doutrinas socialistas. A esse respeito, Aricó afirma que

o socialismo de raiz marxista foi antes de tudo a expressão ideológica e política das classes operárias urbanas de origem migratória. Suas áreas de difusão correspondem exatamente àquelas em que se tinham concentrado os fluxos de mão-de-obra proveniente da Europa, e só conseguiram crescer em disputa permanente com as correntes anarco-sindicalistas (1987, p. 422).

Houve, nesse contexto, o surgimento dos primeiros partidos e imprensa operários, bem como de intelectuais que, na tentativa de construir um ideário de esquerda de base

marxista, imiscuíam-no a correntes teóricas distintas, como o positivismo, o nacionalismo e pensamentos socialdemocratas ou reformistas. Paulo González Casanova redigiu um importante artigo que aborda essa questão no Brasil, na Argentina e em Cuba. Segundo ele, a circulação inicial do pensamento marxista na América Latina encontrou obstáculos para sua difusão. No final do século XIX e início do XX, “o marxismo era mal conhecido, inclusive nos países e regiões da América Latina que haviam desenvolvido as relações de produção capitalista, como na Argentina, México ou Brasil” (CASANOVA, 1999, p. 18). Todavia, Casanova afirma que embora “mescladas à ignorância e falsas ilusões, sua incursão [do marxismo] representou, com a vivência dos primeiros passos, o enriquecimento de uma revolução dialética que tinha nascido no seio da Europa e que se estendia às regiões periféricas” (1999, p. 19).

De acordo com Michael Löwy (1999), um dos pioneiros na introdução do pensamento de Marx no movimento operário argentino e também latino-americano foi Juan B. Justo (1865-1928), autor da primeira tradução de *O Capital* em língua espanhola, publicado em 1898. Löwy explica, porém, na mesma linha de Casanova (1999), que o marxismo de Justo “estava fortemente diluído numa miscelânea eclética que continha apreciáveis doses da sociologia de Comte e de Spencer e da economia política burguesa” (1999, p. 11). O que Justo utilizou do pensamento de Marx foi a imputação de uma potencialidade revolucionária à burguesia na Argentina e no restante da América Latina, perspectiva semelhante ao que veremos mais à frente através das ideias políticas de Victor Raúl Haya de la Torre.

Torna-se importante destacarmos, contudo, que os pressupostos teóricos revolucionários - marxistas ou não - ganharam força de fato a partir dos exemplos fulgurantes das revoluções russa, chinesa e mexicana no início do novecentos, reavivando a potencialidade dos movimentos revolucionários da América Latina nos anos 1920. Foi especialmente a experiência revolucionária soviética de outubro de 1917 o fato histórico de maior influência sobre grande parte dos intelectuais de esquerda latino-americanos. O chileno Luis Emilio Recaberran (1876-1924) foi, possivelmente, como defende Michael Löwy (1999), o exemplo mais típico de líder trabalhista que se voltou para o bolchevismo por influência da Revolução Russa. Recaberran transformou o Partido Operário Socialista do Chile (1912), fundado por ele, em Partido Comunista, em 1922, tornando-o seção chilena da *III Internacional*. Os discursos desse líder de massas “centra[vam]-se na irreconciliável luta de classes entre capitalistas e trabalhadores nas minas e fábricas, uma luta cujo resultado histórico só pode[ria] ser a revolução socialista e o poder revolucionário” (LÖWY, 1999, p. 15).

A introdução aqui dessa perspectiva leninista, como José Aricó (1987) defende, contribuiu para alterar os termos de possibilidade socialista para a região no transcorrer da década de 1920. Assim,

(...) o leninismo apoiava-se fortemente na subjetividade da luta de classes, na energia e na criatividade das massas, na vontade de poder de um grupo solidamente estruturado, de cuja energia, audácia e organização dependia fundamentalmente sua possibilidade de tornar-se Estado. Num continente desagregado e semicolonial, uma ideologia que tendia a situar tudo no terreno da política e que inspirava uma experiência social com a grandeza da soviética não podia deixar de se transformar num componente forte de todas as agregações políticas de tipo socialista ou nacionalista-revolucionária e populista, que proliferavam na América Latina nos anos 20 e 30. Portanto, se é possível falar nesses anos de uma crescente difusão do marxismo, é só na condição de esclarecer que o conhecimento das obras de Marx e de Engels foi filtrado através da leitura leninista e terceiro-internacionalista (ARICÓ, 1987, p. 436-7).

De fato, como veremos a seguir, essa perspectiva marxista-leninista perpassou, em graus distintos de influência, o pensamento dos três intelectuais: Mella, Mariátegui e Haya. Amalgamou-se, também de diferentes formas, a outras correntes teóricas. Se, possivelmente, em Haya de la Torre essa influência não se fez tão marcante, ela foi, todavia, a principal motivação de suas críticas a importações teóricas entre as esquerdas latino-americanas, desvelando, assim, a forte presença e importância entre os intelectuais desse aparato conceitual, utilizado para a análise e transformação das sociedades da América Latina. Dos três pensamentos revolucionários que analisamos neste estudo, Julio Antonio Mella foi o que mais se baseou na teoria leninista na tentativa de solucionar os problemas latino-americanos.

### **3.2 Julio Antonio Mella e sua concepção do marxismo para a América Latina**

Nas palavras de Michael Löwy, o cubano Julio Antonio Mella foi

o primeiro e mais brilhante exemplo de uma figura frequentemente encontrada na história social da América Latina: o estudante ou jovem intelectual revolucionário, o espírito anticapitalista romântico, que encontr[ou] no marxismo uma resposta para a paixão pela justiça social (1999, p. 15).

Tratou-se de um dos marxistas pioneiros na análise do fenômeno da dominação imperialista sobre os países da América Latina, sua relação com as ditaduras locais e a

estratégia necessária ao movimento operário na tentativa de resolução da condição de dependência latino-americana. Ao referir-se a Mella como um jovem revolucionário, espírito anticapitalista romântico, Aricó, de maneira latente, prenuncia o caráter forte, iracundo e combativo do intelectual cubano.

Antonio Mella foi líder estudantil em Cuba durante o processo de reforma universitária ocorrido nesse país em 1922, contribuindo para a fundação da *Universidad Popular José Martí*.<sup>6</sup> Participou da criação do Partido Comunista Cubano, em 1925, tendo sido eleito membro do seu comitê central. Como já adiantamos, ele teve uma vida política ativa também no México, a partir de 1926, quando se exilou em função da ditadura em Cuba de Gerardo Machado, este que em 1929 teria arquitetado o assassinato de Mella.<sup>7</sup>

O revolucionário cubano, já no México e representante do Partido Comunista deste país no *Congresso Mundial contra o Imperialismo e a Opressão Colonial*, ocorrido em Bruxelas em 1927, manifestou-se a respeito da ditadura de Gerardo Machado e sua ligação com os Estados Unidos, ao afirmar, na *Resolución sobre la América Latina del Congreso Antiimperialista de Bruselas*, que

esta ação de dominação econômica tem permitido naturalmente ao imperialismo a dominação política. Em Cuba, impõe-se a Emenda Platt e mantém no poder o general Machado que assassina os líderes operários, dissolve organizações e suprime todas as garantias constitucionais (MELLA, 1927, p. 46).

Mella chama a atenção para a posição de dependência econômica e política cubana diante dos Estados Unidos mediante ardis constitucionais, como a *Emenda Platt*, que, como discutimos no primeiro capítulo, tornavam-se verdadeiros entraves para o desenvolvimento nacional e autossuficiente cubano. O poder coercitivo do ditador Gerardo Machado foi frequentemente exposto por Mella, sempre que se referia ao contexto político de seu país. O general-presidente de Cuba foi, possivelmente, juntamente com Haya de la Torre – este, por outras razões, obviamente – a principal vítima pessoal das combativas ideias políticas de Julio

---

<sup>6</sup> Para Julio Antonio Mella, a reforma universitária constituía um importante passo em direção à mudança social. Ele defendia o direito de educação a toda população cubana, ressaltando a responsabilidade social e moral dos estudantes de transmitir seus conhecimentos aos trabalhadores com o objetivo de construir uma sociedade livre da exploração e opressão imperialista (HATZKY, 2003, p. 189). Sobre a série de reformas universitárias ocorridas em vários países da América Latina, citamos como referência o estudo de Juan Carlos Portantiero (1978).

<sup>7</sup> Mella foi um dos maiores críticos do governo autoritário de Gerardo Machado. Mesmo no exílio mexicano, não deixou de se articular a demais exilados com o intuito de retornar a Cuba e destituir Machado do poder. Embora a bibliografia pesquisada não confirme os reais motivos do seu assassinato, essa oposição política foi possivelmente a principal motivação de sua morte, no dia 10 de janeiro de 1929, pelos agentes do presidente cubano.

Antonio Mella. A proximidade do governante com os interesses imperialistas norte-americanos foi implacavelmente criticada pelo jovem revolucionário.

Com destacada participação na vida política do México, nos anos 1920, Mella ajudou a fundar a *Liga Nacional Campesina*, vinculada ao Partido Comunista Mexicano (PCM). Membro do comitê central do PCM, ele fundou organizações anti-imperialistas no país, lutou pela reforma agrária, pela nacionalização do petróleo e pelas greves dos trabalhadores do setor mineral. De acordo com Hatzky (2003), Mella desenvolveu no México seu projeto de retornar a Cuba por meio de uma intervenção armada. Para tanto, ele fundou a *Asociación de Nuevos Emigrados Revolucionarios Cubanos* (ANERC) e a revista *Cuba libre!*, com os quais posicionou-se contra a venda das riquezas nacionais ao capitalismo estrangeiro, defendeu o estabelecimento de governos democráticos na América Latina, a consolidação de direitos fundamentais à classe trabalhadora, a expropriação das centrais açucareiras vinculadas aos Estados Unidos, a reforma agrária e a propagação de uma cultura socialista. A ANERC objetivava a formação, em Cuba, de um bloco de trabalhadores, camponeses, colonos e intelectuais revolucionários de modo a tirar o ditador Machado do poder e por fim ao imperialismo norte-americano.

Julio Antonio Mella foi também um dos líderes do movimento operário de Jalisco, um dos estados do México. A *Confederación de Agrupaciones Obreras de Jalisco* (1926) foi organizada a partir de um processo unitário alternativo ao colaboracionismo e corrupção da *Confederación Regional Obrera de México* (CROM), aliada ao presidente Plutarco Elías Calles, e ao anarcosindicalismo da *Confederación General de Trabajo* (CGT), estabelecendo um projeto comunista de sindicalismo, abarcando o grosso do proletariado industrial (TAMAYO, 1985, p. 64). Mella atuou, em grande medida, como ideólogo e criador da política sindical que resultou na central jalisciense. Os comunistas do estado de Jalisco elaboraram uma política de trabalho sindical que implicava em permanente atenção às bases, aos quadros dirigentes e aos trabalhadores industriais e sua organização em sindicatos por ramo. Tal política sindical comunista ia além, ao organizar festas político-culturais, teatros, edição de periódicos e panfletos, criação de centros revolucionários de mulheres, buscando solidificar nessa organização trabalhista uma cultura política socialista/comunista.

Por todo seu envolvimento com o movimento operário e por ter em mente a revolução a partir da tomada dos meios de produção e do poder político pelo operariado (a revolução proletária), José Aricó (1987) classificou Mella como marxista ortodoxo ligado aos preceitos soviéticos. Diferentemente, Löwy o considerou integrado à cultura e à tradição revolucionária cubana, o que lhe teria permitido desenvolver um pensamento dialético no qual à teoria

marxista-leninista adequava-se a realidade da América Latina e de Cuba. Concebe-o, portanto, como portador de um pensamento independente, verdadeiramente revolucionário, mas, obviamente, com influências teóricas internacionais (1999, p. 17).<sup>8</sup> Jaime Tamayo, mesmo que suas ideias não se oponham as de Löwy, ameniza o ponto de vista deste autor, ao destacar em Mella seu objetivo em encontrar as vias próprias para a revolução na América Latina a partir de suas condições específicas, apesar de considerar a experiência da classe trabalhadora europeia uma experiência internacional, sendo seus problemas e necessidades semelhantes em cada país (TAMAYO, 1985, p. 58). Caridad Massón Sena segue perspectiva semelhante, afirmando que Julio Antonio Mella considerava os traços, a atuação e as consequências do imperialismo comuns a todos os países, e que a aplicação dos princípios de luta deveria diferir em detalhes, de acordo com as circunstâncias concretas de cada país (MASSÓN SENA, 2010, p. 14). Assim, nas palavras do próprio Mella:

Não pretendemos implantar em nosso meio cópias servis de revoluções feitas por outros homens em outras localidades. Em alguns pontos não compreendemos certas transformações, em outros nosso pensamento é mais avançado, mas seríamos cegos se negássemos o avanço dado pelo homem em direção a sua libertação (MELLA *apud* TAMAYO, 1985, p. 58).

Ressaltamos, então, que, embora Mella tivesse reservas em simplesmente importar modelos teóricos e *práxis* europeus, tendo em conta a realidade, os problemas e as particularidades locais, julgava, contudo, que as causas para a revolução eram similares, como a opressão e submissão ao capital por parte dos trabalhadores e que, dessa maneira, a luta pelo socialismo deveria ser internacional. Considerava os exemplos de outras revoluções importantes para a América Latina, especialmente o exemplo russo de 1917, como ele próprio afirmou ao constatar o avanço dado pelo homem – e nesse aspecto, entendamos, pelos bolcheviques – no caminho de sua autonomia política e econômica. Podemos inferir, ainda, que ele se referia também à Revolução Mexicana, dada a marca que tal acontecimento teria provocado nele, especialmente quando esteve exilado no México.

Julio Antonio Mella possuía uma perspectiva de revolução amparada nos preceitos leninistas, com uma visão mais ortodoxa e classista do processo revolucionário, com vias a se atingir o socialismo através da tomada dos meios de produção pelos trabalhadores, como nos mostra Massón Sena, ao afirmar que, para Mella,

---

<sup>8</sup> Mella considerava-se herdeiro da mensagem revolucionária e anti-imperialista de José Martí (1853-1895), principal líder da luta pela independência de Cuba em relação à Espanha e opositor da intervenção norte-americana nas questões cubanas.

a socialização se devia fazer por fases: uma primeira rápida, imediata, insurrecional, que tomaria a propriedade dos meios fundamentais de produção, e outra mais ampla e complexa, com o objetivo de atrair essas classes [classe média] pouco a pouco (MASSÓN SENA, 2010, p. 15).

Em Mella, existiu uma evidente identificação do imperialismo, em particular o estadunidense, como o principal inimigo dos povos latino-americanos. Ele defendeu, então, ao vislumbrar a libertação dos países da América Latina, que “a única força capaz de lutar com probabilidades de triunfo é o proletariado, cuja causa é a questão nacional” (MELLA *apud* TAMAYO, 1985, p. 59). Por esse viés, confirma-se a perspectiva na qual se considera que Julio Antonio Mella concebia a libertação nacional como resultado de uma revolução operária, ponderando que a hegemonia do proletariado pudesse se concretizar na América Latina, tal qual na Europa, sob a liderança do partido comunista. Delegava, então, ao partido, a potencialidade teórica e prática para a realização da libertação nacional e transformação social, o que, para nós, tornava-se insuficiente, dado o forte vínculo dos partidos comunistas, em geral, aos preceitos revolucionários soviéticos da *Terceira Internacional*,<sup>9</sup> concebidos mais a partir do conhecimento das realidades russa e chinesa do início do século XX do que da América Latina.

Pela citação anterior de Masson Sena (2010), destacamos que esteve presente em seu pensamento revolucionário, após a fase da tomada do poder pelos trabalhadores, a construção, esta sim mais ampla e complexa, de um conjunto de ideias e valores que pudesse atrair as demais classes e consubstanciar, em Cuba, mas estendendo-se para a América Latina, a cultura política comunista.

Veremos, contudo, que distintas assimilações e recriações do marxismo para o subcontinente latino-americano foram experimentadas no Peru. Esse será o assunto que trataremos a seguir.

### **3.3 A heterodoxia marxista no Peru: José Carlos Mariátegui e Haya de la Torre**

Também no Peru dos anos 1920, no contexto da ditadura de Augusto Leguía e preponderância das oligarquias, as discussões sobre os projetos de transformação social estiveram na ordem do dia entre as esquerdas. Luis Bernardo Pericás (2005) afirma que, desde os anos 1910, o país vivia uma grave crise econômica, passando por um período de

---

<sup>9</sup> A *Terceira Internacional* é também denominada no texto de *Internacional Comunista*, *Comintern* ou simplesmente *Internacional*.

recuperação durante a presidência de Leguía. Nessa época, “os investimentos norte-americanos aumentaram substancialmente, ultrapassando o capital investido pelos ingleses no país” (PERICÁS, 2005, p. 15).<sup>10</sup>

Esse progresso econômico, que não significou distribuição equitativa das riquezas para a maioria da população, foi acompanhado, como nos referimos no capítulo anterior, de um poder coercitivo implantado por Leguía ao assumir o governo nacional peruano, perseguindo, prendendo e levando ao exílio muitos de seus opositores políticos - estudantes, operários, políticos, intelectuais - dentre eles Victor Raúl Haya de la Torre e José Carlos Mariátegui. Este teria sido exilado, de 1919 a 1923, de maneira disfarçada, já que recebeu do Estado, mediante financiamento governamental, proposta para viajar à Europa para servir o governo peruano como agente de imprensa. Tal iniciativa estatal, aceita por Mariátegui, teria servido para anulá-lo em relação às críticas que fazia à administração de Augusto Leguía. Já Haya de la Torre, envolvido em uma tentativa de golpe contra o presidente peruano em setembro de 1923, foi deportado para o Panamá a 9 de outubro desse mesmo ano. Como mencionamos, foi durante o exílio que Haya se articulou com estudantes e líderes políticos de outros países, fundando a Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA), no México, em 7 de março de 1924.

Segundo Luis Bernardo Pericás, a APRA foi uma organização política com um programa de ação revolucionária, tornando-se posteriormente um partido internacional, que se estendeu pelos países latino-americanos, possuindo como pontos principais o anti-imperialismo, a unidade política da América Latina, a estatização das riquezas minerais, das propriedades agrárias e da indústria, a internacionalização do Canal do Panamá e a solidariedade com os povos oprimidos (2005, p. 23). Michael Löwy explica que a APRA foi ideologicamente eclética, tendo por base o marxismo, o conceito einsteiniano de espaço-tempo e, sobretudo, os preceitos da Revolução Mexicana, elaborando uma teoria “indo-americanista” particular (1999, p. 10).

De acordo com Patricia Funes, Victor Raúl Haya de la Torre e José Carlos Mariátegui possuíam inicialmente ideias comuns, diagnósticos semelhantes sobre a realidade peruana, especialmente no que diz respeito à questão indígena e a meta de *peruanizar al Perú* (2006, p. 354). Essa expressão guardava o sentido de dotar o país de características autóctones, ligadas a sua história incaica e à preponderância de sua população indígena, desvinculando valores

---

<sup>10</sup> Pericás (2005) apresenta números importantes referentes à entrada de capital estrangeiro no Peru nas duas primeiras décadas do século XX. Além disso, ele enumera uma série de empresas internacionais voltadas para a exploração dos recursos naturais peruanos, sobretudo do setor mineral. Para mais detalhes, ver páginas 15 e 16.

oriundos, sobretudo, das elites ligadas ao capital externo e ao modo de vida europeu. Modificar a ordem social vigente era imperativo nesses dois intelectuais peruanos, que buscavam alternativas para pensar o Estado e a nação peruana.

Eles dividiram o mesmo espaço de denúncia e crítica no começo da década: as *Universidades Populares Gonzales Prada*,<sup>11</sup> seu órgão de difusão, a revista *Claridad*, e as páginas da revista *Amauta*.<sup>12</sup> Mariátegui integrou a APRA na época de sua criação, e os dois intelectuais reconheciam “em sua formação uma análise tributária do pensamento marxista. A ruptura entre ambos se opera a partir da transformação da APRA em um partido político em 1928” (FUNES, 2006, p. 354).

Após a separação com o grupo aprista de Haya por incompatibilidade de projetos políticos para a nação peruana, Mariátegui fundou o Partido Socialista Peruano (PSP), em 1928. O PSP seria constituído pelo proletariado, pelas massas camponesas indígenas e por intelectuais radicalizados, orientados pelo método revolucionário marxista-leninista, adaptando “sua práxis às circunstâncias concretas do país” (MARIÁTEGUI *apud* BELLOTO; CORRÊA, 1982, p. 76). Aos moldes da ideia leninista de *vanguardia*, seguindo uma orientação da *Internacional Comunista*, o Partido Socialista exerceria um trabalho de formação da consciência política entre seus membros, fundamental para acelerar o amadurecimento do pensamento revolucionário, a fim de se estabelecer uma nova cultura política. A criação do partido teria como objetivo precípua “possibilitar a organização de uma ‘moral dos produtores’, [...] na grande tarefa de construir um socialismo indo-americano com características próprias” (PERICÁS, 2005, p. 27). Não obstante estivesse vinculado à *Internacional*, o PSP não se manteve preso às rígidas normas impostas pelo *Comintern* à criação de partidos comunistas. Sua própria designação socialista, e não comunista, já era um indicativo disso.

<sup>11</sup> Tendo como um dos seus principais fundadores Victor Raúl Haya de la Torre, as *Universidades Populares Gonzales Prada* (UPGP), criadas em 1921, foram importantes centros de discussão e difusão de ideias anti-imperialistas no Peru. Tais Universidades receberam este nome em homenagem ao homônimo líder indigenista, precursor na análise da questão do índio peruano por um viés não racial. Ele observou que a condição marginal dos indígenas na sociedade pudesse ser resolvida em termos pedagógicos, pressupondo uma transformação econômica e social na qual os próprios nativos seriam atuantes nesse processo (BELLOTO; CORRÊA, 1982, p. 29). A criação das UPGP aparece no bojo da reforma universitária de Córdoba, na Argentina, em 1918, que, com um viés político crítico, propunha uma renovação das formas de ensino e maior democratização no ambiente acadêmico, postando-se também contrária ao imperialismo. Para aprofundamento nessa questão, ver Portantiero (1978).

<sup>12</sup> Criada por Mariátegui em setembro de 1926, a *Amauta*, palavra *quéchua* que possuía uma dupla conotação, sacerdote e sábio, de acordo com as tradições populares peruanas, foi resultado de um projeto de publicação de uma revista crítica, aberta a escritores e artistas de vanguarda da América Latina, em especial do Peru, destinada à veiculação de temas referentes à cultura, à arte, à literatura, à filosofia, à política e às ciências. Teve 32 números publicados de 1926 a 1930 (BELLOTO; CORRÊA, 1982, p. 18-9). Sua postura intelectual foi marcadamente política e antidogmática, tornando-se ponto de partida para o entendimento do Peru e solidificando as bases da transformação no país sob o viés socialista.

Em meio às divergências com Haya de la Torre a respeito do processo transformação social para a América Latina e, particularmente, para o Peru, José Carlos Mariátegui deixou expresso seu posicionamento sobre o partido aprista ao redigir uma carta endereçada a sua sede no México, em 16 de abril de 1928, quando Haya havia acabado de lançar o *Plan de México*, que, inspirado nos princípios da APRA, pretendia iniciar uma insurreição desde o México até o Peru, destituindo Augusto Leguía e criando o Partido Nacional Libertador Peruano. Segundo Mariátegui:

Sob o lema “terra e liberdade”, esse partido proclamou a luta contra a oligarquia e contra o imperialismo, prometendo uma “revolução libertadora” que por meio da tomada do poder nacionalizaria as indústrias e os latifúndios improdutivos, converteria as comunidades em bases da agricultura nacional, e estabeleceria uma autêntica “democracia funcional”. Tudo isso se realizaria em conformidade com os autênticos interesses nacionais. [...] Lido o manifesto [...] sua leitura me tem entristecido profundamente: 1º porque como peça política pertence a mais detestável literatura eleitoreira do velho regime e 2º porque acusa tendência a cimentar um movimento [...] e não há aí uma só vez a palavra socialismo (MARIÁTEGUI *apud* FUNES, 2006, p. 355).

Embora a luta contra a oligarquia, a grande propriedade e o imperialismo de Haya e seu partido fosse compartilhada por Mariátegui, este se mostrava descrente com a possibilidade de consolidação dessas propostas da forma como Haya de la Torre as pretendia. Isso se mostra patente nas aspas do próprio autor na carta, remetendo a supostas expressões de Haya concernentes à revolução pretendida. Essa “desconfiança” de Mariátegui tratava-se, na verdade, de discordância e descontentamento quanto à via para a realização das mudanças sociais no Peru, pois, como fica evidente na última frase do trecho acima, não existe no *Plan de México* uma só menção ao socialismo. Mariátegui ainda o acusava de possuir interesses eleitoreiros, a partir do momento em que a APRA se transformou em um partido político com células em vários países, bem como o responsabilizava pelo fato de “cimentar” o movimento revolucionário em direção ao socialismo.

Em resposta, Haya redigiu uma carta no dia 20 de maio de 1928, na qual acusou Mariátegui de estar “repleto de europeísmo”, destacando o efeito distinto que a influência teórica europeia produziu em cada um deles. Reafirmou a importância da APRA enquanto “um partido, aliança e frente”, que “não [foi] porque na Europa não exist[iu] nada parecido que deixar[ia] de fazê-lo na América”. Haya de la Torre encerrou a missiva ofensiva a Mariátegui respondendo diretamente a ele quanto ao fato de não mencionar (Haya) a palavra socialismo em suas propostas políticas: “Eu sei que você está contra nós. Não me surpreende.

Todavia, a revolução, nós a faremos sem mencionar o socialismo, mas repartindo as terras e lutando contra o imperialismo” (HAYA DE LA TORRE, 1928, p. 155-156).

Segundo José Aricó, embora os peruanos Mariátegui e Haya tivessem discordâncias evidentes, diferenciavam-se dos demais intelectuais do subcontinente por possuírem concepções e elaborações teóricas próprias quanto aos problemas de seu país e à possibilidade de revolução. Nas palavras do sociólogo argentino,

as afinidades consistiam em algo que distinguia notavelmente os dois intelectuais peruanos dos outros intelectuais americanos: uma aguda percepção do problema nacional e uma obsessiva preocupação com os aspectos de originalidade de todo o processo revolucionário e, no caso específico, do latino-americano (ARICÓ, 1987, p. 445).

Dessa forma, na tentativa de edificação de um projeto de transformação da realidade social do Peru, Mariátegui e Haya de la Torre empreenderam reflexões sobre a questão nacional. Objetivaram, então, realizar uma revisão crítica teórica e prática do marxismo, amparados no conhecimento da situação econômica, social e política internacional e nacional, o que lhes conferiu uma originalidade em suas elaborações teóricas.

Não obstante tenham tido pontos de vista semelhantes sobre o Peru, a começar pela convicção que ambos tinham de resolver primeiro o problema da terra e da servidão indígena, bem como almejem modelos de desenvolvimento identificados com um marxismo heterodoxo, divergiam, por exemplo, quanto à correspondência entre teoria marxista e *práxis*. Haya de la Torre e Mariátegui concordavam que o marxismo deveria ser repensado para as condições estruturais da América Latina. No entanto, a abordagem de Haya de la Torre, adotada também pela APRA, caracterizada por Michael Löwy (1999) como uma propensão ao “excepcionalismo indo-americano”, tendia a absolutizar a especificidade cultural, histórica e social do subcontinente, inferindo sobre a teoria marxista como exclusivamente europeia, portanto inaplicável ao território latino-americano, que possuía situações sociopolíticas diversas daquelas nas quais foi concebido o marxismo. Löwy afirma que “para Haya de la Torre, o espaço-tempo indo-americano é governado pelas suas próprias leis”, sendo dessa forma diferente do “espaço-tempo europeu analisado por Marx e, por isso, exig[indo] uma nova teoria que neg[asse] e transcend[esse] o marxismo” (1999, p. 10).

Nas palavras de Oliveiros S. Ferreira, o marxismo, para Haya de la Torre, foi sobretudo “uma filosofia da História construída na observação das condições gerais do capitalismo inglês do século XIX, a qual se transformou, por obra dos repetidores, numa

antevisão necessária do futuro da humanidade” (1971, p. 275). Os apuristas opunham-se à redução do marxismo a uma filosofia quase universal da história. Criticavam especialmente os seguidores de Marx orientados pela *Terceira Internacional*, que tinham na Rússia dos *soviets* o exemplo concreto e possível para a ascensão do socialismo. Assim, “a posição de Haya de la Torre responde, pois, a uma compreensão teórica e a uma reação prática à ação dos partidos comunistas ligados à Internacional” (FERREIRA, 1971, p. 275). Fazemos uma observação, porém, que Haya propôs a superação do marxismo e sua aplicação a contextos distintos a partir de uma determinada visão reducionista e dogmática operada por ele em relação ao marxismo, baseada no que ele extraía do pensamento marxista clássico, de fato eurocentrista, bem como do marxismo preconizado pela *Terceira Internacional* em seus primeiros anos, marcadamente leninista.

Interessante observar, e nesse aspecto concordamos com Haya de la Torre, que o leninismo, antes preocupado, no momento de sua elaboração, em dar conta das especificidades russas, adquiriu pretensões universalistas, passando a ser voz corrente e necessária em grande parte dos movimentos revolucionários, através dos dirigentes da *Internacional Comunista*. Muito embora criticasse a aplicação dogmática da teoria marxista à América Latina, alegando incompatibilidade entre teoria e *práxis*, as discussões de Haya de la Torre em torno da aliança de classes e sua visão etapista do processo revolucionário, como veremos a seguir, são claras influências do próprio marxismo clássico.

Mariátegui, por sua vez, teria realizado uma fusão entre a teoria europeia marxista e a realidade peruana, sendo acusado pelos apuristas, com isso, de possuir ideais eurocêntricos, como vimos na carta de Haya de la Torre. Os estudiosos da obra de Mariátegui afirmam que o pensador peruano foi fortemente influenciado pelas vertentes historicista, idealista e marxista italianas durante o tempo em que esteve “exilado” no país europeu, entre 1919 e 1923. Isso teria ocorrido através do contato com Benedetto Croce e, por via deste, do pensamento de Georges Sorel.<sup>13</sup> Estes, mais o grupo do jornal turinense *L'Ordine Nuovo*, marcaram em Mariátegui uma visão oposta ao determinismo, ao evolucionismo e ao fatalismo do desenvolvimento das relações sociais, ressaltando a potencialidade para a transformação social de elementos nacionais e populares e não apenas do operariado.

---

<sup>13</sup> De acordo com Michael Löwy, Mariátegui recebeu influências de Georges Sorel em virtude da crítica feita à civilização burguesa “inspirada pela nostalgia das comunidades pré-capitalistas do passado”. Foi precisamente na fusão que Mariátegui exerceu, na elaboração do seu pensamento, “entre os aspectos mais avançados da cultura europeia e as tradições milenares da comunidade indígena, em uma tentativa de assimilar a experiência social das massas camponesas através da reflexão teórica marxista”, que ele se aproximou do pensamento de Sorel (1999, p. 18-20). Georges Sorel assim o fez com o operariado europeu, criando o *mito da greve geral*, no qual se referia à esfera produtiva como a base para se estabelecer uma nova civilização, com fundamentos morais e econômicos do socialismo.

Havia, por parte de Mariátegui, a aceitação do marxismo como um universo teórico comum, pelo qual as sociedades latino-americanas, bem como qualquer outra realidade, poderiam ser analisadas, determinando as possibilidades de transformação. Essa posição em relação à importação do marxismo se justifica, em parte, por considerar que o “espírito hispano-americano está em elaboração”, assim como “o continente”, e que, portanto, ainda não havia um pensamento originalmente latino-americano (MARIÁTEGUI, 1925, p. 41). Entendamos “o espírito” mencionado por Mariátegui enquanto pensamento, enquanto uma identidade propriamente latino-americana que, por conseguinte, consubstanciava uma teoria que pudesse interferir nas questões locais. Todavia, para esse pensador, tal condição não anulava a necessidade de intervir na realidade do Peru e da América Latina pelo prisma das especificidades de cada região. O marxismo, portanto, seria um método, uma doutrina que deveria ser utilizada de forma criativa e original pelos teóricos latino-americanos para adaptá-la à realidade local. Assim, para ele:

O marxismo, do qual todos falam, mas muito poucos conhecem e, sobretudo, compreendem, é um método fundamentalmente dialético. Isto é, um método que se apoia integralmente na realidade, nos fatos. Não é, como alguns erroneamente supõem, um corpo de princípios de consequências rígidas, iguais para todos os climas históricos e todas as situações sociais. Marx concebeu seu método das entranhas mesmas da história (MARIÁTEGUI *apud* FUNES, 2006, p. 356).

Pensamos que o método dialético citado por Mariátegui consistiria na aplicação da teoria marxista de acordo com as necessidades e particularidades locais. A partir disso, dos resultados obtidos, essa teoria deveria ser reinterpretada e novamente posta em prática. A tentativa de livre aplicação do marxismo sem passar pela experiência prática condicionada à realidade e potencialidades latino-americanas estaria condicionada ao fracasso. Mariátegui, como o fez também Haya de la Torre, colocou-se avesso a essas tentativas defendidas principalmente pelos recém fundados partidos comunistas latino-americanos, com os quais Mella compartilhou maior afinidade teórica.

Quando evocamos John Pocock para uma análise do processo de circulação do marxismo, procuramos entender que as estruturas de linguagem ou os atos de fala podem ser transmitidos e reiterados por atores em contextos historicamente distintos e/ou por atores em contextos históricos partilhados (2003, p. 46). Na primeira situação, pensamos na importação do ideário marxista pelos intelectuais latino-americanos Mella, Mariátegui e Haya de la Torre como um suporte teórico para a análise das sociedades da América Latina. No segundo caso,

estabelecemos uma comparação entre eles de modo a perceber a maneira como esse ideário foi apreendido e concebido por cada um, pertencentes a um contexto histórico compartilhado ou similar. Quando os comparamos, nós analisamos seus discursos, que Pocock denomina de *parole*, que seria o modo pelo qual um determinado sujeito (o autor) se apropria da *langue*, que neste estudo interpretamos como o pensamento marxista clássico, reafirmando-a ou a inovando. Acreditamos, de acordo com a leitura que fizemos neste capítulo, que a inovação da “linguagem” marxista teria ficado a cargo de Mariátegui e Haya de la Torre, enquanto Mella teria caminhado no sentido da reafirmação do pensamento marxista-leninista.

Buscamos compreender, portanto, que o marxismo foi a principal base teórica para os três intelectuais discutirem sobre a questão nacional, o anti-imperialismo, o socialismo, as alianças de classe, temáticas estas que se aproximavam, embora com evidentes divergências, em Julio Antonio Mella e José Carlos Mariátegui, mas que se tornaram os principais aspectos da polêmica de ambos com Haya de la Torre. Destacamos que as principais discussões entre os três intelectuais latino-americanos aconteceram em torno da composição política das alianças de classes para a libertação nacional, tema do nosso próximo capítulo.

#### 4. ALIANÇAS DE CLASSE: A FRENTE POPULAR PARA A LIBERTAÇÃO NACIONAL

As políticas de alianças de classe em prol da revolução na América Latina foram resultado de uma das fases da *Internacional Comunista*, sobretudo a partir do seu V Congresso realizado em 1924, que incentivou a formação de frentes pluriclassistas, inclusive com a participação da pequena burguesia. Embora esse congresso não contemplasse a América Latina, o que aconteceria de maneira mais evidente apenas no VI Congresso em 1928, sua influência não deixou de existir sobre alguns intelectuais e partidos comunistas latino-americanos. Segundo Bernardo Ricupero, na América Latina, a influência da *Terceira Internacional* fez com que se considerasse, dentro de uma visão de nossos países como atrasados, a “via chinesa”, baseada na revolução democrático-burguesa de libertação nacional (1999, p. 66).

No caso de Mariátegui, Haya de la Torre e Mella, ao partirem do diagnóstico de atraso das economias dos países latino-americanos devido à associação entre imperialismo e oligarquias, influenciados também por essa tendência mundial de alianças de classe, propuseram a formação de um bloco social de forças anti-imperialistas e revolucionárias, embora somente Haya de la Torre tenha se aproximado da perspectiva de revolução democrático-burguesa.

Havia entre eles uma proximidade na concepção dos traços definidores das formações econômico-sociais do subcontinente latino-americano. Os três intelectuais estavam de acordo que tais formações seriam marcadas especialmente pela condição de economias periféricas e dependentes na conjuntura capitalista global, imperando a atuação das oligarquias e estando as massas urbanas e rurais à margem do desenvolvimento econômico. Todavia, o reconhecimento das condições nacionais e a distinção de suas elaborações teóricas possibilitaram a emergência de opções políticas diversas na tentativa de transformação e superação das realidades locais.

Assim, José Aricó destaca que entre Haya, Mariátegui e Mella produziu-se no final dos anos 1920 uma diferenciação política referente à composição do bloco de forças sociais revolucionárias e o papel que caberia a cada classe na aliança formada, o que desembocou em rupturas abertas e francas entre eles (1987, p. 452-3). As interlocuções eram feitas principalmente entre Haya de la Torre e os outros dois intelectuais, Mella e Mariátegui, que combatiam algumas propostas da APRA. Mella, por exemplo, opunha-se ao projeto aprista por considerar que essa organização se colocava à frente do processo revolucionário na

América Latina negando tanto o papel hegemônico do proletariado na revolução como a necessidade de um partido da classe trabalhadora. A forte reação de Mella contra a APRA teve sua origem em solo mexicano, onde o cubano presenciou a consolidação dessa organização política. Ele afirmava que, no caso do México, as intenções de Victor Raúl Haya de la Torre, como a nacionalização de terras e de indústrias e o combate ao imperialismo, já haviam sido contempladas através da Constituição de 1917, não possuindo, portanto, nenhuma originalidade. Referindo-se também a outros movimentos ou intelectuais engajados na oposição ao imperialismo, como José Ingenieros (1877-1925), Julio Antonio Mella afirmava que para a APRA e seus adeptos “não somente carec[iam] de valor de originalidade que eles vocifera[vam] como programa salvador e ‘genial’, como os que até agora têm tratado o problema do imperialismo na América têm dado soluções mais concretas e práticas que estes cinco postulados” (1928, *Qué es el ARPA?*, p. 82).

Os cinco postulados aos quais ele fez referência são aqueles sustentados pela APRA - já apresentados neste texto - como pontos fundamentais do seu programa político, os quais retomaremos: oposição ao imperialismo norte-americano, defesa da unidade da América Latina, a nacionalização da terra e da indústria, defesa da internacionalização do Canal do Panamá e posicionamento em favor dos povos oprimidos no mundo.

Vejamos, então, de maneira mais detida, aproximações e discordâncias entre eles no que tange às alianças de classe para libertação da América Latina.

#### **4.1 Haya de la Torre e José Carlos Mariátegui: da aproximação indigenista à ruptura quanto ao processo revolucionário**

Como Mariátegui, as reflexões políticas de Haya de la Torre possuíram influências do indigenismo peruano (FERNÁNDEZ FONTENOY, 2011, p. 8).<sup>14</sup> A ligação estreita com o grupo de indigenistas, liderados por Luis Valcárcel, permitiu a ambos perceber o problema indígena ligado à estrutura agrária peruana, marcada pela concentração da terra, atribuindo a esse fator a razão do atraso econômico do Peru e da exclusão das massas indígenas das questões políticas do país. A preocupação em resolver a problemática da identidade nacional

---

<sup>14</sup> Sobre o movimento indigenista peruano, Fernández Fontenoy (2011) afirma que ele teria surgido em decorrência do abandono ao qual a população indígena peruana estava relegada na virada do século XIX para o XX, condição que teria provocado inúmeras rebeliões dos índios contra os latifundiários do país. Na perspectiva do autor, os criadores e difusores do indigenismo não foram os índios. A temática indígena fora alçada como questão nacional por parte da intelectualidade do Peru, não chegando a constituir-se em movimento de massas.

peruana, tão cara aos intelectuais dos anos 1920, fez com que Haya e Mariátegui se voltassem para as raízes indígenas pré-hispânicas. Tornava-se, então, estritamente necessário superar a ordem social marcada pela desigualdade profunda entre proprietários de terra e a elite urbana, de um lado, sobretudo a elite branca, de características físicas e comportamentais europeias localizada em Lima, e, por outro lado, os camponeses indígenas e os trabalhadores urbanos, relegados a segundo plano no processo de modernização econômica implantada pelo Estado oligárquico peruano.

Nesse sentido, no que tange às alianças de classe, tanto Haya de la Torre quanto Mariátegui estavam de acordo que o sujeito histórico da transformação revolucionária no Peru deveria ser uma frente de forças populares composta por operários, camponeses, intelectuais e classe média. Todavia, ao contrário de Haya, que não acreditava na capacidade do proletariado e dos camponeses para se constituírem autonomamente como sujeitos políticos, condutores do processo de transformação social, transferindo essa função à pequena burguesia, José Carlos Mariátegui se manifestava a favor das mudanças históricas “a partir de baixo”, das massas populares, de suas formas expressivas, de seus mitos e valores (ARICÓ, 1987, p. 456). Mariátegui sugere com isso que a via socialista no Peru seria facilitada, particularmente no campo, em virtude das tradições milenares da comunidade indígena, havendo vestígios de um “comunismo inca”.<sup>15</sup> Isso fica evidente em sua obra máxima, *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*, publicada em 1928, principalmente quando trata do problema do índio e do problema da terra. De acordo com o intelectual peruano,

a história universal tende hoje como nunca a se reger pelo mesmo quadrante. Por que haveria de ser o povo incaico, que constituiu o mais desenvolvido e harmônico sistema comunista, o único insensível a essa emoção mundial? (...) Já disse que cheguei à compreensão e à valorização justa do indígena pela via do socialismo (MARIÁTEGUI, 1975, p. 21).

José Carlos Mariátegui, ao enfatizar o comunismo incaico, não propunha o retorno ao modelo de vida dos incas, irrealizável em virtude de toda a dinâmica econômica, social e política pela qual passou a sociedade peruana até constituir-se como tal. Para tanto, o intelectual peruano deixou latente no *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana* a distinção entre o comunismo moderno, elaborado em um contexto de civilização industrial, e o comunismo incaico, estabelecido em uma civilização agrária. Em suas palavras, “um e outro comunismo são produtos de diferentes experiências humanas” (MARIÁTEGUI, 1975, p. 54).

---

<sup>15</sup> Destacamos, novamente, que este tipo de análise de Mariátegui advém da influência soreliana.

No entanto, como forma de atingir o socialismo, Mariátegui acreditava na potencialidade revolucionária do indígena, considerando-o, junto com o proletariado urbano, principal segmento social na composição das alianças de classe, em função não somente do seu grande contingente, explorado pelos *gamonales* (latifundiários), mas especialmente pelo fato das comunidades terem conservado seu caráter natural e de instituição quase familiar, preservando tradições coletivistas dos incas na cooperação dos trabalhos no campo. Essa parece ser a associação que Mariátegui estabeleceu quando evocou o comunismo incaico e a maior possibilidade de desenvolvimento do socialismo a partir das massas camponesas da região andina e do proletariado urbano, ancorados na direção política do Partido Socialista Peruano. Nas palavras do próprio Mariátegui:

Acreditamos que, entre as povoações “atrasadas”, nenhuma como a população indígena incásica reúne condições tão favoráveis para que o comunismo agrário primitivo, subsistente em estruturas concretas e em um profundo espírito coletivista, se transforme, sob a hegemonia da classe proletária, em uma das bases mais sólidas da sociedade coletivista pregada pelo comunismo marxista (1929, p. 112).

Haya de la Torre divergia terminantemente de José Carlos Mariátegui nesse ponto, pois teria reduzido o papel revolucionário do índio à constatação de sua imaturidade para exercer o poder, em nome de toda sociedade peruana, através de um partido que o organizasse como classe explorada e oprimida, alijada de sua organização econômico-social em função da grande propriedade (FERREIRA, 1971, p. 280). Embora fosse numericamente a massa trabalhadora de maior expressão no país, ela não estaria capacitada a dominar por si só a coletividade e conduzir o governo do Estado. Haya de la Torre, dessa forma, não via os camponeses indígenas como força social de ação típica, devendo ser conduzidos, então, por outros segmentos sociais mais aptos para isso, o que o fez ressaltar a função de liderança, na aliança interclassista, da pequena-burguesia, durante o processo de libertação em relação às forças imperialistas.

Patricia Funes explica que a ênfase dada à classe média, no processo revolucionário latino-americano, por Haya de la Torre, se fez presente em função do peruano julgar que o contexto latino-americano, fundamentalmente agrário e com uma industrialização incipiente, não creditava ao proletariado urbano a condição de protagonista. Tampouco acreditava nos camponeses, por considerá-los com pouca consciência de classe, em razão de seu isolamento geográfico (FUNES, 2006, p. 358). Ele atribuía à classe média o caráter de agente

transformador, principal segmento social capaz de realizar a integração de uma frente nacional, em especial pelo fato de advir dela grande parcela da intelectualidade.

De acordo com Ferreira, no pensamento original do fundador do aprismo, os intelectuais, chamados a conduzir a luta contra o imperialismo e contra o *status quo*, “não só deveriam provir da, mas situar-se, enquanto orgânica e espontânea, na pequena burguesia, a ‘porção mais culta, mais consciente, mais alerta de nossas coletividades’” (FERREIRA, 1971, p. 285).<sup>16</sup> Assim, “o engenheiro, o professor, o médico, [...] os profissionais em geral são elementos da classe média indispensáveis para a organização do Estado anti-imperialista” (HAYA DE LA TORRE *apud* FUNES, 2006, p. 359).

Porém, terminado o processo revolucionário, Haya realçou a intervenção do Estado na sociedade latino-americana. Ele temia que, superado o problema do imperialismo, a pequena burguesia pudesse se converter em força de dominação e exploração da classe trabalhadora. Propunha, então, que a direção política da Indoamérica<sup>17</sup> fosse exercida por um Estado anti-imperialista. De acordo com Oliveiros Ferreira:

Esse Estado, representante e defensor da Nação ou de suas maiorias, isto é, o proletariado, o campesinato e a classe média, e que economicamente se estruturará como Capitalismo de Estado, além da “implantação progressiva de um sistema cooperativo de produção e de consumo”, será incumbido de apoiar e impulsionar, nelas intervindo, as classes médias, e de defender as classes produtoras (o camponês e o operário) que “necessitam da escola experimental, do trabalho organizado e tecnicamente aperfeiçoado para se desenvolver em termos de classe, enriquecendo sua consciência e elevando seu nível de cultura” (1971, p. 286).<sup>18</sup>

Tal proposição supracitada levou José Aricó a caracterizar o pensamento de Haya de la Torre como estatista, já que sua posição era “bastante semelhante aos projetos de industrialização baseados no fortalecimento e na intervenção do Estado, elaborados na Europa do segundo pós-guerra nos países socialistas” (ARICÓ, 1987, p. 454). Questões concernentes aos problemas do Estado, à industrialização e à “planificação” econômica estiveram presentes em sua reflexão. Segundo Julio Cotler, no pensamento de Haya de la Torre, “o Estado

---

<sup>16</sup> Os trechos da citação que se encontram entre aspas são palavras do próprio Haya de la Torre, citadas por Oliveiros Ferreira.

<sup>17</sup> Este é o termo concebido por Victor Raúl Haya de la Torre para se referir à união dos países da América Latina. Ao referir-se à Indoamérica, ele realçava a condição de espaço-tempo único do subcontinente latino-americano, que necessitava de teorias e *práxis* próprias. Muito embora debatesse sobre os problemas peruanos, devemos observar que Haya desenvolvia seu pensamento a partir de toda a região, propondo a organização de um Estado aprista que necessitaria da união política e econômica da América Latina.

<sup>18</sup> Novamente, os trechos da citação que se encontram entre aspas são palavras do próprio Haya de la Torre, citadas por Oliveiros Ferreira.

constituiria um poderoso setor econômico que [...] assentaria as bases para uma futura transição rumo ao socialismo” (1990, p. 178). Para levar ao fim o imperialismo, Haya de la Torre realçou a imprescindibilidade do desenvolvimento capitalista das forças produtivas como etapa para a revolução democrático-nacional realizada pelas classes populares em aliança com a burguesia.

O pensador peruano defendeu a atuação de um Estado forte, nacionalista e anti-imperialista dentro de um sistema econômico capitalista. Por ter uma visão etapista da revolução, herança do marxismo clássico que ele próprio combatia enquanto teoria que não se efetivaria na prática para os países latino-americanos, considerava que a América Latina não se encontrava no estágio de desenvolver uma revolução socialista, pois não era altamente industrializada. Assim, segundo ele,

como o socialismo não pode se impor enquanto “o industrialismo” não tenha cumprido sua grande etapa histórica, para a industrialização de nossos povos será necessário, enquanto exista o capitalismo, ter capitais, e o Estado deverá condicioná-los (HAYA DE LA TORRE, 1930, p. 19).

Entendemos, de acordo com as ideias de Haya de la Torre, que sob o controle estatal seria possível o desenvolvimento de uma burguesia nacional, capaz de levar a cabo o processo de transformações sociais necessárias para os países latino-americanos. Trata-se de um resgate do pensamento marxista em uma perspectiva evolucionista e europeizante do processo histórico, no sentido de defender a necessidade de desenvolvimento de uma burguesia revolucionária e progressista para que se efetive a transformação almejada. Essa proximidade com as ideias de Karl Marx, pensadas para alguns países do continente europeu, parece-nos uma clara contradição nas teorizações sobre a América Latina por parte de Haya de la Torre, em se tratando da sua busca por um pensamento indoamericano. As palavras na citação anterior do intelectual peruano nos faz inferir sobre sua admissão do socialismo, mas como etapa posterior, em que a atuação do Estado na defesa dos interesses da classe média e do operariado, em detrimento dos interesses imperialistas, já não se fizesse mais necessária. Acreditamos, dessa maneira, que o caráter da revolução pretendida por ele era nacional-estatista.

Esse estatismo, denominado por José Aricó, não se apresenta em Mariátegui, que se voltou aos elementos econômicos, políticos, ideológicos e culturais das massas trabalhadoras do Peru, sobretudo dos indígenas. A recusa de Mariátegui à proposta de Haya amparava-se em uma concepção democrática e popular do socialismo e da teoria marxista, que o levou

também a questionar as orientações da *Internacional* e suas pressões para a constituição de um partido comunista. Do ponto de vista de Aricó, “Mariátegui fez emergir de modo inédito o problema da nação peruana”, ao estabelecer como eixo teórico e político de sua análise socialista um “universo que se definia mais em termos de cultura do que naqueles estritamente de classe”, aos moldes da ortodoxia marxista (1987, p. 457).

Mariátegui considerou o índio, aproximadamente  $\frac{3}{4}$  da população do Peru à época, como alicerce da nacionalidade em formação, não podendo ficar à margem da luta pelo socialismo. O problema indígena no Peru estava diretamente ligado ao problema da terra, do latifúndio, e que, por essa ótica, tratava-se de uma questão socioeconômica, e não racial, étnica ou moral, como insinuava a ala social mais conservadora do país. Para Mariátegui, não seria possível acabar com a servidão que afetava a população indígena sem extinguir o latifúndio. A expropriação dos nativos de suas comunidades pelos espanhóis e, por conseguinte, sua gradual absorção pelo latifúndio provocaram a destruição das antigas instituições jurídicas e econômicas da civilização incaica, vinculando o índio ao trabalho servil, situação que não foi quebrada com a República e que vigorava de maneira semelhante até os anos 1920. Segundo Aricó,

é sem dúvida a vinculação estreita com o grupo de indigenistas o que permitiu a Mariátegui encarar o problema do índio do ponto de vista original no qual se colocou. [...] Mariátegui encontrou na estrutura agrária peruana as raízes do atraso da nação e as razões da exclusão da vida política e cultural das massas indígenas (1978, p. XLVI).

José Carlos Mariátegui desacreditava no papel da pequena burguesia ou das classes médias, como preferia se expressar Haya de la Torre, em liderar uma oposição ao imperialismo, considerando-a frágil e tendo chegado “tarde demais à cena histórica”. A emancipação da economia do país só seria possível “por meio da ação das massas proletárias em solidariedade com a luta anti-imperialista em todo o mundo” (MARIÁTEGUI *apud* LÖWY, 1999, p. 19-20). Em *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*, ele afirmou que jamais existiu no Peru uma burguesia, com sentido nacional, que se professasse liberal e democrática e que inspirasse sua política nos postulados de sua doutrina. Pensava, da mesma forma, que a pequena burguesia não possuía caráter nacional em razão da carga colonial que carregava, de desprezo às massas populares.

A classe burguesa não teria, portanto, uma posição nacionalista revolucionária. Assim, opondo-se às perspectivas de Haya de la Torre, não seria possível creditar à pequena burguesia peruana a liderança do processo de emancipação nacional.

Nesse aspecto, as perspectivas teóricas para a libertação nacional na América Latina por Mariátegui estavam mais de acordo com as de Julio Antonio Mella, às quais analisaremos em sequência.

#### **4.2 Julio Antonio Mella: as similitudes com José Carlos Mariátegui e as evidentes divergências com Haya de la Torre**

Entre as proposições políticas de Julio Antonio Mella em prol da libertação nacional dos países latino-americanos, especialmente Cuba, estava a formação de uma frente única anti-imperialista, composta por trabalhadores diversos, camponeses, intelectuais e estudantes, recusando peremptoriamente a participação da burguesia nacional, considerada por ele como complacente ou mesmo aliada das economias centrais no processo de dominação imperialista. Acreditava que, embora a burguesia nacional quisesse, por alguma razão, defender-se do imperialismo, não se podia confiar nela, pois era possível que abandonasse o proletariado e passasse para o lado imperialista, já que não abdicaria da propriedade privada.

De acordo com Löwy, as questões do nacionalismo e da libertação nacional ganharam grande destaque na obra de Mella, que apoiou, por exemplo, o luta de Sandino (1895-1934) e seu exército de guerrilheiros camponeses contra a presença norte-americana na Nicarágua.<sup>19</sup> Outrossim criticou o nacionalismo “populista” da APRA de Haya de La Torre, não aceitando a aliança classista encabeçada pela burguesia, “a traidora clássica de todos os movimentos nacionais verdadeiramente emancipatórios” (MELLA *apud* LÖWY, 1999, p. 16).

Julio Antonio Mella acreditava que através de cooperativas, sindicatos, partidos políticos, escolas proletárias, editoriais revolucionários etc., os trabalhadores latino-americanos conquistariam espaços na sociedade, avançando na luta contra o imperialismo e pela consolidação de uma cultura política socialista/comunista. Para isso, não nega a necessidade de participação de outros segmentos sociais nessa mudança, desde que não perdessem o propósito de estabelecimento do socialismo, e que a liderança na condução do processo revolucionário estivesse com o proletariado. Discordava quanto ao destaque dado a novos atores sociais revolucionários, como Haya e, sobretudo, Mariátegui fizeram com os indígenas peruanos.

Mesmo considerando que no México os índios e os mestiços trabalhadores contribuíram para a constituição da nacionalidade, na composição da sociedade desse país,

---

<sup>19</sup> Ver Michael Löwy (1999), p. 16.

Julio Antonio Mella não contemplou em seus escritos teóricos, ao contrário de Mariátegui e Haya de la Torre, a especificidade da problemática indígena por ter em conta que ao fazê-lo, estaria substituindo um enfoque que deveria ser classista para uma abordagem racial. A penetração do imperialismo na América Latina, para ele, converteu índios, mestiços, brancos e negros em massa trabalhadora explorada, e que, portanto, seria esse conjunto, enquanto classe trabalhadora, que deveria atuar para a libertação nacional. Ademais, realçou, contrariando novamente os dois intelectuais peruanos, que

a experiência tem provado que o campesinato - o índio na América - é eminentemente individualista e sua aspiração suprema não é o socialismo, mas a propriedade privada, erro do qual somente o operário pode libertá-lo através da aliança que o Partido Comunista estabelece entre essas duas classes (MELLA, *Qué es el ARPA?*, 1928, p. 96).

Como já dito, Mella rechaçava a aliança policlassista proposta por Haya de la Torre, pois “a frente única do APRA, ao não falar abertamente do papel do proletariado” apresentava, assim, “uma frente única abstrata em prol da burguesia” (MELLA, 1928, p. 100). O comunista cubano acreditava que os apristas defendiam o anti-imperialismo como luta pela independência nacional, quando o que estava em discussão para ele era a revolução socialista. Segundo Mella, a libertação nacional e a transformação social podiam ser resultado apenas de uma revolução operária, amparada na potencialidade teórica e prática do partido comunista, apegando-se, nesse ponto, aos preceitos da *Terceira Internacional*. “Para falar concretamente: libertação nacional absoluta, o proletariado só obterá por meio da revolução operária” (MELLA, 1999, p. 101). Por defender essa linha mais ortodoxa ligada aos preceitos soviéticos, autores como Ricupero (1999) entenderam o marxismo de Julio Mella como “obreirista”, resultado da sua “bolchevização” em virtude da transplantação direta das condições impostas aos partidos comunistas pela *Terceira Internacional*. Embora isso seja discutível, já que alguns autores apontam para discordâncias entre Mella e a *Internacional Comunista*, o que este pensador propunha eram pequenas adaptações da teoria leninista à realidade local, como já exposto no segundo capítulo deste estudo.

As discordância com as ideias de Haya de la Torre teriam se iniciado no México, no período de exílio de Mella, que acompanhou de perto o surgimento da APRA. Intensificaram-se, contudo, a partir de 1927, em Bruxelas, durante o *Congresso Mundial contra o Imperialismo e a Opressão Colonial*, e não cessaram até a morte do cubano, em 1929. Em uma de suas posições sobre o marxismo na América Latina, Mella respondeu a Haya, ainda

que não expressamente, em razão deste não acreditar na possibilidade de aplicação da teoria marxista em solos latino-americanos. De maneira latente, encontramos no excerto abaixo, em consonância com as ideias defendidas por Ricupero, Aricó e Massón Sena, a ortodoxia de sua visão a respeito do marxismo. Assim, afirma o cubano:

Para dizer que o marxismo e, da mesma forma, o partido comunista, ou seja, a organização que luta para sua realização, é exótico na América, há que provar que aqui não existe proletariado; que não existe imperialismo com as características enunciadas por todos os marxistas; que as forças de produção na América são distintas das forças de produção da Ásia, da Europa etc. Todavia, a América não é um continente de Júpiter, mas, sim, da Terra (MELLA *apud* BERGMANN, 1963, p. 7).

Novamente identificamos em sua visão que o imperialismo era um fenômeno presente em vários países e que a oposição a ele deveria ser também conjunta, tendo como suporte teórico o marxismo, aplicável, nesse sentido, a diferentes realidades socioeconômicas por estarem enfrentando um inimigo comum e todos os males que ele poderia acarretar. Nesse aspecto, discordamos de Mella por considerarmos que tanto as forças de produção quanto o nível de consciência e participação política do proletariado diferiam, de acordo com as circunstâncias históricas de cada país.

Todo tratamento ofensivo por parte de Julio Antonio Mella em relação às ideias políticas de Haya de la Torre fez com que o intelectual peruano se referisse posteriormente a Mella, em 1935, em nota preliminar referente à primeira edição de sua obra *El Antiimperialismo e el APRA* (2010), da seguinte maneira:

Mella havia se reencontrado comigo nas sessões do Congresso Anti-Imperialista Mundial, que aconteceu em Bruxelas no início de 1927. Eu o conhecia desde que chegou no México, desterrado de Cuba em 1926, mas os debates de Bruxelas, os quais refutei e consegui a rejeição de seu projeto de resolução sobre as condições econômicas e políticas da Indoamérica, nos distanciaram definitivamente. Mella era um joven de grande temperamento emocional e de constatada sinceridade revolucionária. Foi, até a morte, um lutador puro e um anti-imperilaista inflexível. [...] Mas no final de 1927, Mella, ao chegar de sua visita à União Soviética, encontrava-se possuído de um juvenil fanatismo bolchevique, intransigente e “ardido”. Seu folheto revela bem tal estado de ânimo. Nas páginas saturadas de agressividade e intolerância, reprovou a APRA, que ele caracterizou, a partir de um léxico europeizante, de “reformista” (HAYA DE LA TORRE, 1935, p. 26-27).

Mesmo admitindo uma “sinceridade revolucionária” em Julio Antonio Mella, compartilhando com o cubano a oposição ao imperialismo e a defesa de uma maior soberania para as nações da América Latina, Haya de la Torre não deixou de demonstrar sua contrariedade em relação a Mella ao destacar traços de sua personalidade e de seu pensamento, tais como agressividade, intolerância, fanatismo bolchevique e seu vocabulário “europeizante”. Na nota acima, Haya fez menção, ainda, ao folheto denominado “*¿Qué es el ARPA?*”, de 1928, escrito por Mella, que, com a mudança da sigla APRA para ARPA, tentou ridicularizar o movimento aprista.

Finalmente, demonstrando claramente sua vinculação ao leninismo e sua ruptura com os apristas ou arpistas, como ele preferia dizer em tom escarecedor, Julio Antonio Mella defendeu o que considera mais viável para a transformação social na América Latina, ao dizer que

estamos com o leninismo, ou seja, com o comunismo, porque o proletariado tem seguido já esta rota e os fatos confirmam a necessidade de aplicar a doutrina comunista a cada um dos fenômenos sociais da América. Estamos contra o arpismo, por ser ingênuo, difuso, por estar distante da massa e da realidade, por suas relações suspeitas com elementos reacionários mexicanos, [...] por sua carência de sentido e de base proletária em sua doutrina e em suas representações (MELLA, *¿Qué es el ARPA?*, 1928, p. 100).

Por outro lado, em uma perspectiva semelhante a Mella, Mariátegui também se opôs a Haya de la Torre ao questionar o radicalismo da classe média para a mudança de ordem sociopolítica das nações da América Latina. Acreditava que as burguesias nos países dependentes, mais do que prejudicadas com a ingerência de outros países na economia latino-americana, como defendia Haya, estariam, sim, associadas ao capital estrangeiro, pactuando com o imperialismo estadunidense, sendo seus interesses complementares. O papel do proletariado urbano e rural, portanto, foi realçado por Mariátegui, e sua concepção de nação esteve associada ao rompimento com o capitalismo e edificação do socialismo. Segundo ele,

[...] o nacionalismo, para ser consequente e poder chegar até o final, deve estar “hegemonizado” pela classe que representa uma verdadeira negação do imperialismo. Na medida em que enfrentar o imperialismo é também romper com o capitalismo, somente o proletariado [...] está em condições de poder realizar tais funções (MARIÁTEGUI *apud* FUNES, 2006, p. 359).

Para isso, em sua estratégia frentista, aceitava até mesmo a participação de elementos da classe média na composição das alianças políticas, desde que estivessem comprometidos com a transformação social. Porém, não abria mão, assim como Mella, de que a revolução devesse ser proletária e socialista, com vias a se atingir o comunismo.

Percebemos que em muito Mella e Mariátegui estiveram de acordo sobre o caráter da revolução na América Latina. Divergiam, todavia, quanto à composição das alianças políticas e em alguns aspectos teóricos. Mella, ligado de maneira mais dogmática ao leninismo, à tomada dos meios de produção e do poder pelo operariado, à luta de classes, à ditadura do proletariado como etapa essencial para a consolidação do socialismo; já Mariátegui, embora expressamente leninista, como exposto no programa de seu partido socialista,<sup>20</sup> trabalhava ainda com elementos do historicismo e idealismo italianos, teorizando sobre o marxismo de maneira mais heterodoxa.

---

<sup>20</sup> Para apreciação do programa do Partido Socialista Peruano, ver Manoel Lelo Bellotto e Ana Maria Martinez Corrêa, 1982, p. 76-8.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do ponto de vista desses três intelectuais latino-americanos, percebemos aspectos similares em Julio Antonio Mella, Victor Raúl Haya de la Torre e José Carlos Mariátegui quanto ao diagnóstico dos problemas da América Latina. Os três se opunham veementemente ao imperialismo, acreditando ser este um novo estágio do capitalismo que condicionava o atraso e a dependência dos países latino-americanos em relação às principais economias ocidentais, sobretudo os Estados Unidos. Relacionavam, então, revolução e mudança social à libertação nacional, a uma maior autonomia política, econômica e cultural das sociedades do subcontinente. Sobressai entre eles, no entanto, divergências quanto à concepção e aplicação da teoria marxista e à maneira pela qual deveriam ser formadas as alianças políticas de classe, a participação, liderança e hegemonia dos grupos sociais no processo de libertação nacional na América Latina.

Destacamos que cada um, a seu modo, refletiu sobre a via revolucionária para alcançar o socialismo, no caso de Mella e Mariátegui, ou nacional-estatismo, como almejava Haya de la Torre. Enquanto Mella esteve vinculado a um pensamento marxista clássico, Haya e Mariátegui buscaram empreender uma teoria voltada para a *práxis* marcada pela originalidade, na qual a resolução do problema indígena e sua afirmação identitária faziam-se necessárias para a revolução social e, por conseguinte, para a libertação nacional peruana.

Todavia, enquanto Haya de la Torre objetivava repensar profundamente o marxismo, ressaltando que tal teoria teria sido elaborada em um “espaço-tempo” diferente do contexto da América Latina, José Carlos Mariátegui afirmava que o socialismo, ainda que tenha nascido na Europa, não era particularidade desse continente. Este estabeleceu, então, uma revisão crítica do marxismo mediante a análise da realidade do seu país, identificando a questão indígena como central no Peru. Mariátegui procurou entender a fragilidade da nação peruana ao vincular o problema indígena à questão agrária e às relações de produção. Utilizou-se do marxismo como aparato teórico que, moldado às condições locais, conduziria a ação prática das classes subalternas para a conquista de sua autonomia político-econômica. Outras correntes de pensamento apreendidas de suas leituras e influências na Europa foram associadas ao marxismo e contribuíram para a singularidade de seu pensamento.

A tendência do pensamento da APRA, liderada por Haya, ao localismo, como se refere Bernardo Ricupero (1999, p. 70), ou ao excepcionalismo indo-americano, como defende Michael Löwy (1999, p. 10), ambas com uma conotação semelhante, sofreu duras críticas tanto de Mella quanto de Mariátegui, especialmente porque Haya falava em unidade nacional,

nacionalização, anti-imperialismo, mas não em socialismo. Até admitia a possibilidade do socialismo, mas como etapa avançada da nacionalização dos meios de produção pelo Estado. Tratava-se, portanto, de um pensamento mais nacional-estatista do que socialista.

As diferentes apropriações do marxismo pelos três intelectuais analisados os levaram, conseqüentemente, a conceber distintas formas de aliança política revolucionária. Mariátegui defendeu uma frente policlassista sob a liderança do proletariado urbano e rural, acreditando no potencial revolucionário indígena. Haya de la Torre, mesmo com influências do indigenismo peruano, depositou na classe média o papel principal na condução do processo revolucionário, acreditando ser esta classe a mais preparada intelectualmente para orientar a transformação social. Já Mella, mesmo aceitando as alianças de classe, condicionou a transição revolucionária e a libertação nacional à liderança do proletariado urbano.

Acreditamos que a concepção de Antonio Mella, ao depositar no operariado latino-americano a maior responsabilidade para se alcançar a revolução socialista, dificilmente obteria êxito, na medida em que a industrialização nos países latino-americanos era ainda incipiente e que, por conseguinte, o proletariado urbano era uma classe em formação, não possuindo forças, contingente, capacidade de mobilização e experiências suficientes para combater o imperialismo e o *status quo*. Ao tentarem empreender teoria e prática a partir da observação das peculiaridades da América Latina, Haya de la Torre e José Carlos Mariátegui, no nosso entender, aproximaram-se mais de uma transformação social possível, em especial Mariátegui, por considerar o elemento indígena, de presença marcante no Peru, como central no processo de mudança estrutural da sociedade do país, mediante atuação do Partido Socialista Peruano. Para nós, Mariátegui foi capaz de observar que o marxismo poderia sofrer uma flexibilidade teórica para se adaptar às diferentes realidades, expressando-se de maneira distinta e criativa, ao contrário de Haya de La Torre, que negou muitos aspectos da teoria marxista por enxergá-la de forma limitada e reduzida, assimilando dela os padrões soviéticos ou do próprio Marx no século XIX, o que, de fato, seria inaplicável para a América Latina.

Pensamos que tais divergências no campo das esquerdas latino-americanas exemplificam bem a multiplicidade de tendências e caminhos para a transformação social, condição que possivelmente contribuiu para que nenhuma delas alcançasse, mediante suas propostas, a hegemonia no continente latino-americano. No entanto, acreditamos que os debates intelectuais entre as esquerdas, ainda que não tenham se convertido em formas de governo e sistemas políticos de maior relevância no subcontinente durante as décadas seguintes, - à exceção da Revolução Cubana de 1959 - exerceram grande influência no

pensamento político latino-americano, com proposições claras para superação dos problemas estruturais de seus países.

As interpretações dos três intelectuais estudados neste trabalho legaram duas linhas gerais de pensamento político para a América Latina, no século XX, disseminando valores de determinadas culturas políticas: uma primeira perspectiva estaria ligada às correntes de pensamento com forte influência da APRA e de Haya de la Torre, favorável a uma transformação social no interior do capitalismo, baseado em um Estado forte, nacionalista, próximo ao que contemporaneamente é chamado de pensamento nacional-popular ou populista; e a outra corrente política, não hegemônica, mas forte e tradicional no ideário político latino-americano, é a que considera a via socialista ou comunista a maneira de se atingir a autodeterminação dos povos e uma condição de vida mais justa e igualitária.<sup>21</sup>

Por fim, buscamos apontar neste estudo uma possibilidade de análise comparativa entre Haya de la Torre, Mariátegui e Mella que de maneira alguma esgota as proposições e formulações teóricas deles. Um dos caminhos possíveis a ser seguido, pela observação das fontes consultadas, diz respeito a suas análises e propostas sobre o processo educacional ou as reformas universitárias ocorridas em grande parte da América Latina a partir de 1918, na Argentina. Estabelecer as conexões e, se possível, o grau de influência dos intelectuais da década de 1920 em outros movimentos inspirados pelo marxismo e de caráter revolucionário, como a Revolução Cubana, em 1959, ou o peruano Sendero Luminoso, nos anos 1980, para ficarmos apenas nos dois exemplos, torna-se um desafio e constitui-se em mais uma possibilidade de pesquisa para os estudiosos dessa temática.

---

<sup>21</sup> Embora não seja a conclusão nem a discussão principal de Patricia Funes, esta ideia, com a qual trabalhamos em nossa conclusão em virtude de toda a argumentação sustentada neste estudo, foi aventada pela autora (2006, p. 245).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES PRIMÁRIAS

ACHA, Omar; D'ANTONIO, Débora. Cartografias y perspectivas del “marxismo latinoamericano”. *Contra Corriente*. v.7, n°2, p. 210-256, 2010.

ANDRADE, Everaldo Oliveira. Trotsky e o período tardio da revolução mexicana. *Revista Espaço Acadêmico*, n° 114, ano X, p. 11-21, 2010.

ARICÓ, José. *Mariategui y los origenes del marxismo latino americano*. México: Siglo Veintiuno Editores, 1978.

\_\_\_\_\_. O marxismo latino-americano nos anos da Terceira Internacional. In: HOBSBAWM, Eric J. (org). *História do marxismo*. v.8. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 419-459.

BELLOTTO, Manoel Lelo; CORRÊA, Ana Maria Martinez (orgs). *José Carlos Mariátegui: política*. São Paulo: Ática, 1982.

BERGMANN, Gregorio. *Dos orientaciones antagónicas en América Latina: Julio Antonio Mella y Víctor Raúl Haya de la Torre*. In: CENTRO CULTURAL PABLO DE LA TORRIENTE BRAU. Mella: 100 años. Havana, 1963, p. 5-12.

BERSTEIN, Serge. Culturas Políticas e Historiografia. In: MAUAD, Ana Maria; AZEVEDO, Cecília (org). *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p. 29-47.

CASTRO, José Rivera. *La clase obrera en la presidencia de Plutarco Elías Calles (1924-1928)*. México: Siglo Veintiuno, 1996.

COTLER, Julio. Peru: Estado oligárquico e reformismo militar. In: GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo (org). *América Latina: história de meio século*. Brasília: UNB, 1990, p. 175-232.

DIAS, Natally Vieira. O Brasil no “espelho do México”: visões da Revolução Mexicana na imprensa brasileira (1910-1914). *Revista Espaço Acadêmico*, n° 114, ano X, p. 37-45, 2010.

\_\_\_\_\_. Projeções do México revolucionário no Brasil (1910-1922). In: ANAIS DO XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, ANPUH, São Paulo, 2011.

FERNÁNDEZ FONTENOY, Carlos. Lo indio, indigenismo y movimiento campesino en el Perú. *Revista Andina de Estudios Políticos*. v.1, n° 1, 2011, p. 2-17.

FERREIRA, Oliveiros S. *Nossa América Indoamericana: a ordem e a revolução no pensamento de Haya de la Torre*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1971.

FUNES, Patricia. *Salvar la nación: intelectuales, cultura y política en los años veinte latinoamericanos*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2006.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. Os pioneiros do marxismo na América Latina. In: PERICÁS, Luis B.; BARSOTI, Paulo (org.). *América Latina: história, idéias e revolução*. São Paulo: Xamã, 1999, p. 17-40.

HAYA DE LA TORRE, Victor Raúl. Aprismo, Berlin 1930. In: \_\_\_\_\_. *Ideologia Aprista*. Lima: Ed. Pueblo, 1961.

\_\_\_\_\_. Carta a José Carlos Mariátegui, México, 20 de mayo de 1928. In: CROCCE, Marcela (org.). *Polémicas intelectuales en América Latina: del meridiano al caso Padilla*. Buenos Aires: 2006, p. 155-156.

\_\_\_\_\_. *El Antiimperialismo e el APRA*. Lima: Fondo Editorial del Congreso del Perú, 2010.

HATZKY, Christine. “Nosotros vamos por otro camino: somos revolucionarios...” Julio Antonio Mella, el movimiento estudiantil cubano y los anti-imperialistas de los años veinte. *Iberoamericana*, v. 12, III, p. 187-193, 2003.

LÖWY, Michael. Notas sobre a recepção do marxismo na América Latina. In: PERICÁS, Luis B.; BARSOTI, Paulo (org.). *América Latina: história, idéias e revolução*. São Paulo: Xamã, 1999, p. 11-16.

\_\_\_\_\_. *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

MAO JUNIOR, José. A crise do sistema oligárquico de dominação em Cuba: a revolução de 1933. *Proj. História*, São Paulo, p. 207-236, dez. 2005.

MARIÁTEGUI, José Carlos. O problema indígena na América Latina, 1929. In: LÖWY, Michael. *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 110-113.

\_\_\_\_\_. *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

\_\_\_\_\_. “¿Existe un pensamiento hispanoamericano?” *Mundial*, Lima, 1925.

MASSÓN SENA, Caridad. Imágenes y reflexiones de Julio Antonio Mella. *Regiones, suplemento de antropología...*, n° 43, p. 9-15, octubre-diciembre de 2010.

MELGAR BAO, Ricardo. Prácticas político-culturales e imágenes latinoamericanas de la Revolución Mexicana. *Regiones, suplemento de antropología...*, n° 43, p. 5-8, octubre-diciembre de 2010.

\_\_\_\_\_. *Redes e imaginario del exilio en México y América Latina: 1934-1940*. Colección Insumisos Latinoamericanos: LibrosEnRed, 2003.

MELLA, Julio Antonio. A guerra de classes em Cuba, 1926. In: LÖWY, Michael. *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 92-98.

\_\_\_\_\_. O proletariado e a libertação nacional, 1928. In: LÖWY, Michael. *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999, p. 99-101.

\_\_\_\_\_. Qué es el ARPA?, 1928. In: *Julio Antonio Mella, selección de textos: como un leño en un incendio*. Calle: Ruth Casa Editorial, s.d, p. 80-118.

\_\_\_\_\_. Resolución sobre la América Latina del Congreso Antiimperialista de Bruselas, 1927. In: *Julio Antonio Mella, selección de textos: como un leño en un incendio*. Calle: Ruth Casa Editorial, s.d, p. 44-51.

MEYER, Jean. *La Cristiada: la guerra de los cristeros*. México: Siglo Veintiuno, 2005.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org). *Culturas Políticas na História: novos estudos*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009, p. 13-38.

PAKKASVIRTA, Jussi. Víctor Raúl Haya de la Torre en Centroamérica: la primera y última fase del aprismo internacional? *Revista de História*, Costa Rica, n° 44, p. 9-32, julio-diciembre 2001.

PEASE, Franklin. *Breve historia contemporanea del Peru*. Mexico: Fondo de Cultura Economica, 1995.

PERICÁS, Luiz Bernardo. *Do sonho às coisas: retratos subversivos*. São Paulo: Boitempo, 2005.

POCOCK, John G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003.

PORTANTIERO, Juan Carlos. *Estudiantes y política en América Latina: el proceso de la reforma universitaria (1918-1938)*. México: Siglo Veintiuno, 1978.

REIS, Mateus Fávaro. Olhares ao Norte: o debate intelectual no Uruguai (1922-1928). In: ANAIS ELETRÔNICOS VII ENCONTRO INTERNACIONAL DA ANPHLAC, Campinas, 2006.

RICUPERO, Bernardo. Existe um pensamento marxista latino-americano? In: PERICÁS, Luis B.; BARSOTI, Paulo (org.). *América Latina: história, idéias e revolução*. São Paulo: Xamã, 1999, p. 55-76.

ROUQUIÉ, Alain. *O Extremo-Occidente: introdução à América Latina*. São Paulo: EDUSP, 1991.

SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 231-269.

SOUZA, Jorge José Barros de. O labirinto da solidão: os caminhos e descaminhos da Revolução Mexicana. *Revista Contemporânea - Dossiê Nuestra América*, ano 2, n° 2, p. 56-75, 2012.

TAMAYO, Jaime. Julio Antonio Mella y el marxismo en el movimiento obrero jalisciense. In: PONENCIA PRESENTADA EN EL XI CONGRESO INTERAMERICANO DE FILOSOFIA. Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Guadalajara, 1985.

WRISTON, Henry. Perspectiva histórica. In: PLANK, John (org.). *Cuba e Estados Unidos: perspectivas no tempo*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1967, p. 17-62.